

FOLHA DE APROVAÇÃO

TIAGO JAIME FRANCISCO GARRAFÃO

**“USO DO E-SISTAFE NO ÂMBITO DO PAGAMENTO DE SUBSÍDIO DE CADETES.”.
CASO, ACADEMIA MILITAR MARECHAL SAMORA MACHEL (2013-2015).**

Esta monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do grau Académico de Licenciatura em Ciências Militares, na especialidade de Administração Militar pela Academia Militar “Marechal Samora Machel”, ano 2016, tendo sido atribuída a nota _____ (_____) valores Nampula aos ____/____/2016

O Corpo Jurado:

Presidente da mesa de Júri

Marcos J. Tivane

(Coronel)

Oponente

Amilton João Barroso

(Capitão)

Tutor

Egídio M. Goy-Goy

(Tenente)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que esta Monografia Científica é resultado da minha investigação pessoal e das orientações do meu supervisor, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e bibliografia final.

Declaro, ainda, que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para a obtenção de qualquer grau académico.

Tiago Jaime Francisco Garraão

(Aspirante-à-Oficial)

Nampula, Novembro de 2016

DEDICATÓRIA

Dedico a todos que fizeram parte para que os meus estudos se torna-se realidade um dia, e para os meus pais e padrinhos que tiveram um tempo para desenhar o meu futuro vai uma gratidão inesquecível.

AGRADECIMENTOS

O trabalho que hoje apresento foi porque ontem eu sonhei e com a ajuda de pessoas carinhosas tornou-se realidade, por isso que meus agradecimentos vão de coração para: primeiro ao meu tutor Egídio Goy-Goy que deu a finalidade do longo trabalho.

Agradecer aos meus irmãos Eunice, Florêncio, Celso e aos meus meios-irmãos Alia, João jr e Salatiel pelo apoio que me foi dado no momento da minha formação e que vocês não estiveram ausentes em todo o momento.

Agradecer a restante da minha família que não esteve presente do momento mas que de alguma forma deu seu apoio de coração.

A agradecer a todos os colegas que andaram comigo nesta caminhada, que me deram forças nos momentos de fraquezas, pois sem eles eu não estaria nesta posição em que hoje me encontro.

EPIGRAFE

Três verbos que bem conjugados serão lâmpadas luminosas
em nosso longo caminho são: aprender, servir e cooperar.
(Chico Chavier)

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada subordina-se ao tema “uso do e-SISTAFE no âmbito do pagamento de subsídio de cadetes”, caso Academia Militar “MSM”. O problema que originou a presente pesquisa foi o de conhecer até que ponto o e-Sistafe no sistema Administrativo-financeiro da Academia militar, tem sido eficiente no pagamento de subsídios de cadetes? Para dar solução ao problema levantado ao trabalho foi baseada sobre inúmeras avaliações de amostra efectuadas a 30 militares (oficiais e estudantes) que se encontram inseridos na AM “MSM”. A pesquisa tem como objectivo geral, analisar o impacto da execução do sistema e-SISTAFE face as despesa internas. E para sustentar o objectivo geral teve como um dos objectivos específico descrever o modo de utilização do e-SISTAFE. Na concretização destes objectivos, recorreu-se os seguintes procedimentos metodológicos: quanto aos seus objectivos foi a pesquisa explicativa, quanto a forma de abordagem foi qualitativa e quanto aos procedimentos técnicos recorreu-se a pesquisa de campo, tendo como instrumentos de recolha de dados a observação, entrevista semi-estruturada e questionário. Tendo concluído que o sistema ainda apresenta constrangimentos perante ao pagamento de subsídio de cadetes que é verificada pelas falhas no sistema em uso. Teve dentre as várias sugestões, a criação de uma alternativa para atender a situações de pagamento de subsídio que para o seu funcionamento não tenha nenhuma dependência do sistema agora em uso.

Palavras-chaves: Impacto, subsídio, e-SISTAFE.

ABSTRACT

The Applied Research of the Present Work is subject to the theme "use of e-SISTAFE without Scope of cadets Benefit Payment" If Military Academy "MSM". The Problem that led to a search Gift was to know ate que Place the e-Sistafe any Administrative and Financial System of the Military Academy, HAS BEEN Efficient no cadets Grants Payments? To give up the Solution Issue When work was based on numerous sample assessments to 30 military (Official and Students) What if they are inserted in the AM "MSM". HAS Research as General Purpose, analyze the system face execution Impact of e-SISTAFE as Internal expense. And paragraph Sustain Objective how had general hum of specific objectives describe the use mode of the e-SISTAFE. In achieving these objectives, we used the following methodological procedures: The ITS Goals was the Explanatory Research, As the way of approach was qualitative and on the technical procedures resorted to field research, tendon How Data Collection Instruments A observation, semi-structured interview and questionnaire. Having done que STILL System presents constraints before the cadets allowance payment what is checked For Crashes in use. We had from as Varies Tips to Creating an Alternative to meet Subsidy Payment Situations que FOR Your DOES NOT have any System Dependency agora in use.

Keywords: Impact, Grant, e-SISTAFE.

LISTA DE ABREVIATURAS

AdMil – Administração Militar

AM’MSM’- Academia Militar Marechal Samora Machel

CEMGFA- Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

CFMP- Cenário Fiscal de Médio Prazo

CUT- Conta Única do Tesouro

e-SISTAFE - Plataforma do SISTAFE

FP- Finanças Públicas

H – Hipótese

MDN- Ministério da Defesa Nacional

MEF- Ministério de Economia e Finanças

MEO - Módulo de Elaboração Orçamental

MEX - Módulo de Execução Orçamental

MGI - Módulo de Gestão de Informações

MDP- Modelo de Programação Financeira

OE – Orçamento do Estado

PE- Património do Estado

PES- Plano Económico e Social

SISTAFE- Sistema de Administração financeira do Estado

SCI- Subsistema do Controlo Interno

SCP- Subsistema da Contabilidade Pública

SOE- Subsistema do Orçamento do Estado

SPE- Subsistema do Património do Estado

STP- Subsistema do Tesouro Público

TIA- Trabalho de investigação aplicada

UTRAFE- Unidade técnica de reforma da administração financeira do Estado

Lista de Figuras

Descrição:

Página:

Figura1: Imagem frontal da Academia Militar MSM”55

Lista de Gráficos

Página:

Gráfico 1: Resultados da Entrevista da 1ª questão da hipótese 1.....	57
Gráfico 2: Resultados do Questionário da 1ª questão da hipótese 1.....	58
Gráfico 3: Resultados da Entrevista da 2ª questão da hipótese 1.....	59
Gráfico 4: Resultados do Questionário da 2ª questão da hipótese 1.....	60
Gráfico 5: Resultados da Entrevista da 1ª questão da hipótese 2.....	61
Gráfico 6: Resultados da Entrevista da 2ª questão da hipótese 2.....	62
Gráfico 7: Resultado da entrevista da questão da hipótese 3.....	63
Gráfico 8: Resultados do questionário da questão da hipótese 3.....	64

Lista de Quadros:

Página:

Quadro nº1: Amostra da pesquisa.....50

Quadro nº 2: Distribuição das amostras.....57

Lista de apêndices

Página:

Apêndice1: Entrevista dirigida aos oficiais afectos nas finanças da academia militar “MSM”...76
Apêndice2: Questionário.....80

Índice

Folha de aprovação	II
Declaração de honra.....	III
Dedicatória	IV
Agradecimentos	V
Epígrafe.....	VI
Resumo.....	VII
Abstract	VIII
Lista de abreviaturas	IX
Lista de figuras.....	X
Lista de gráficos e tabelas	Erro! Marcador não definido.
Lista de tabelas:.....	XII
Lista de apêndices	XIII
Introdução	17
CAPITULO I: MARCO TEÓRICO	22
1.1 Orçamento.....	22
1.1.1 Evolução da Contabilidade	24
1.1.2 Conceitos.....	25
1.1.2.1 Objectivo da Contabilidade.....	26
1.1.3 Função da Contabilidade.....	26
1.1.4 Usuários da Contabilidade	27
1.2 Contabilidade Financeira	27
1.2.1 Objectivo	28
1.3 Administração	28
1.3.1 Importância da Administração	29

1.3.2 A administração Financeira	29
1.3.3 Administração Publica	30
1.4 Gestão.....	30
1.4.1 Gestão Financeira.....	31
1.4.1.1 Função	33
1.4.2 Gestor Financeiro	34
1.4.2.1 As decisões do gestor financeiro.....	34
1.5 Despesas Pública.....	35
1.6 SISTAFE.....	36
1.7 Forças Armadas.....	42
CAPITULO II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
2.1. Generalidades.....	46
2.2. Tipo de pesquisa.....	46
2.2.1. Quanto a natureza.....	46
2.2.2. Quanto aos objectivos	46
2.2.3. Quanto a forma de abordagem	47
2.2.4. Quanto aos procedimentos técnicos	48
2.2.5. Método de Abordagem.....	48
2.3. Procedimentos de pesquisa	48
2.4. População ou universo	49
2.5. Amostra	49
2.6.Técnicas e instrumentos de recolha de Dados	50
2.6.1. Observação.....	50
2.6.2. Observação participante	50
2.6.3. Entrevista	51

2.6.4. Questionário	52
2.7. Procedimentos de apresentação e análise de dados	53
CAPITULO III: ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	54
3.1. Caracterização e estrutura do campo de pesquisa	54
3.2. Apresentação de Dados	56
3.2.1 Observação.....	56
3.2.2 Entrevista e Questionário	56
3.3 Análise e interpretação de dados.....	57
3.3.1. Discussão das hipóteses	65
Conclusão.....	69
Sugestões.....	71
Bibliografia	72
Obras (Livros):.....	72
Apêndices.....	75
Anexos	83

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), para aquisição do Grau de licenciatura em Ciências Militares no curso de Administração Militar, aborda o seguinte tema titulado: *Uso do e-SISTAFE no Âmbito do Pagamento de Subsídio de cadetes*, e tem como estudo de caso: a Academia Militar Marechal Samora Machel, localizada no distrito de Nampula, (2013-2015) tem o seguinte problema: *Ate que ponto o e-Sistafe no sistema Administrativo-financeiro da Academia militar, tem sido eficiente no pagamento de subsídios de cadetes?*

Tem como objectivo geral Analisar o impacto da execução do sistema e-SISTAFE face as despesas internas e específicos tem objectivos específicos: Descrever o modo de utilização do sistema e-SISTAFE; Avaliar o impacto da realização das despesas via e-SISTAFE na Academia Militar; e Propor alternativas que levem a possíveis soluções dos problemas enfrentados.

O trabalho investigado visa uma abordagem do impacto no uso do e-SISTAFE no âmbito da execução das despesas previstas no orçamento a serem realizadas na instituição para o ano seguinte, esta que vem usando desde a sua existência e com a implementação nessa instituição, este tema é de interesse de todos que se encontram inseridos nesse sistema, pois a solução pode melhorar ou aperfeiçoar no desenvolvimento da instituição e dos oficiais.

Para a realização deste trabalho científico o proponente foi buscar seus problemas e resoluções na Província de Nampula, na Cidade de Nampula concretamente na Academia Militar “Marechal Samora Machel”, num período de 3 (três) compreendido entre (2013-2015), período este que coincide com a formação do proponente, é de salientar que o proponente pretende mostrar com a sua pesquisa a realidade de que se encontra a situação dessa instituição.

O SISTAFE é o novo Sistema de Administração Financeira do Estado, que envolve todo o ciclo orçamental desde a sua elaboração até a execução final, incluindo todos os subsistemas que o compõe, nomeadamente: Subsistema de Orçamento, Subsistema de Tesouro Público, Subsistema de Contabilidade Pública, Subsistema de Património e Subsistema de Controlo interno do Estado Moçambicano.

O SISTAFE não surge do nada, este programa passou por varias fases ate chegar a sua finalização que deparamo-nos com seu uso nos dias de hoje, optou-se pela criação do SISTAFE

devido o antigo sistema que era usado na Administração o erário público era caracterizado por: Dispersão das normas que o disciplinavam; Incoerência no seu funcionamento; Pobreza de informações indispensáveis à gestão; Fraqueza no sistema de controlo; Recursos Humanos com baixos níveis de formação; Execução por processos manuais.

No quadro dos preparativos para o desenvolvimento do SISTAFE deu-se o seu início em Agosto de 2002 sobre a discussão técnica do Modelo Conceptual do SISTAFE no Comité Técnico da UTRAFE.

Com base nas conclusões das discussões à UTRAFE seguindo elaborou um documento que seria para a análise e decisão do Consultivo da Ministra. Este documento apresentava o Modelo Conceptual, descrevendo os objectos a serem atingidos tendo presente a realidade da gestão integrada das Finanças Públicas no país e apresentava as alternativas de estratégia de implementação do SISTAFE, identificando os que poderiam ser considerados factores críticos para a implementação do modelo.

Com tudo as decisões tomadas pelo Consultivo da Ministra foram no sentido de que o SISTAFE devia ser implementado de forma dividida por duas fases, onde a primeira fase abrangeria o período de meados do ano de 2003 até os finais do ano de 2004, na qual se prioriza os subsistemas do Tesouro, Orçamento e Contabilidade Pública com a introdução da Conta Única Física, a programação financeira, algumas melhorias no sistema do planeamento a introdução do Plano Básico de Contabilidade e a introdução no sistema de algumas unidades executoras, de forma vertical e horizontal, de um Ministério.

Na segunda fase teria como seu principal objectivo a melhoria no desenvolvimento dos subsistemas anteriores e a introdução de novos subsistemas como o Património do Estado e o Controlo Interno.

Assim sendo dando o cumprimento das decisões apresentadas pelo Consultivo da Ministra, a UTRAFE deixou ideias aberta para novas discussões de técnicas para a definição dos modelos que melhor podiam se adaptar com a realidade do país no que se refere a definição de:

- Funcionamento e Implementação da Conta Única física;

- Estrutura do Plano Básico de Contabilidade Pública;
- Modelo de Programação Financeira;
- Melhorias a introduzir no processo de preparação do plano e OE 2004;
- Melhorias a introduzir nos procedimentos de gestão dos subsistemas do TOC.

O SISTAFE tem como seus princípios fundamentais: A regularidade financeira, pela qual a execução do orçamento do Estado deve ser feita em harmonia com as normas vigentes e mediante o cumprimento dos prazos estabelecidos; Legalidade, o qual determina a observância Integra das normas legais vigentes; Economicidade, na base do qual se deve alcançar uma utilização racional nos recursos postos à disposição e moa melhor gestão de tesouraria; Eficiência, que se traduz na minimização do desperdício para a obtenção dos objectivos delineados; Eficácia, de que resulta a obtenção dos efeitos desejados com a medida adoptada, procurando a maximização do seu impacto no desenvolvimento económico e social.

O principal motivo que o autor teve para escolher apresentar este tema foi por ter verificado uma enorme dificuldade do cumprimento das despesas Orçamentais, pois os objectivos do SISTAFE são:

- Estabelecer e harmonizar regras e procedimentos de programação, execução, controlo e avaliação dos recursos públicos;
- Desenvolver subsistemas que proporcionam informação oportuna e fiável sobre o comportamento orçamental e Patrimonial dos órgãos e Instituições do Estado;
- Estabelecer, implementar e manter um sistema contabilístico de controlo da execução orçamental e patrimonial adequado às necessidades de registo da organização da informação e da avaliação do desempenho das acções desenvolvidas no domínio da actividade dos órgãos e instituições do Estado;
- Estabelecer, implementar e manter o sistema de controlo interno eficiente e eficaz e procedimentos de auditoria interna internacionalmente aceites;
- Estabelecer, implementar e manter um sistema de procedimentos adequados a uma correcta, eficaz e eficiente condução económica das actividades resultantes dos programas, projectos e demais operações no âmbito da planificação programática delineada e dos objectivos pretendidos.

A execução do Orçamento, nos moldes preconizados no SISTAFE, só foi iniciada em Setembro de 2005 que vem sendo utilizado normalmente pelas instituições.

Mais na Academia Militar “Marechal Samora Machel” que vem usando praticamente a 11 (onze) anos na área das Finanças, mas ainda tem-se verificado tamanhas dificuldades em pagamentos em tempo oportuno de suas despesas uma vez que estas já tinham sido previstas no ano anterior, estas dificuldades observam-se de uma forma bem clara em subsídios dos cadetes (estudantes que se encontram em tempo de formação) e Aspirantes a oficial e salários para os funcionários civis, deixando assim estes sem alternativas e saídas, isto que contribui a má motivação no desempenho das suas actividades diárias.

A preocupação real do proponente com a sua pesquisa não é que se pare o uso do SISTAFE, mas sim criar-se métodos que facilitem nas soluções para as dificuldades que estão sendo encaradas pelas finanças.

A pesquisa do proponente será de campo onde o proponente irá usar o método hipotético-dedutivo para abordar o assunto, quanto ao tipo de pesquisa será de carácter explicativa, e o tipo de abordagem aplicar-se-á pesquisa de forma qualitativa.

Quanto às técnicas de colecta de dados, o proponente usou as seguintes: análise documental, observação, questionário, entrevista e a pesquisa bibliográfica.

Este trabalho apresenta-se por 3 capítulos diferentes. No capítulo I trata-se de Marco Teórico, é nesse capítulo onde o proponente faz a abordagem detalhada dos principais conteúdos inerentes ao tema, a análise de outros autores em relação ao tema; tentando buscar o que já foi publicado por outros autores acerca do tema em questão e da sua especialidade que é Administração militar e tenta conceptualizar outros conceitos que estão em volta desse trabalho de pesquisa.

No capítulo II encontram-se os procedimentos metodológicos que consistem na apresentação dos métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa que o proponente usou para a recolha, apresentação e análise de dados.

No capítulo III e último, trata da apresentação, análise e interpretação de dados. É onde o proponente ira mostrar todos os seus resultados provenientes da sua pesquisa, interpreta e faz a

análise dos resultados colectados com as questões de pesquisa, em seguida são apresentadas as conclusões e sugestões do trabalho.

E por último apresenta-se as referências bibliográficas usadas como material necessário para presente monografia, como também os apêndices (entrevista e questionário) elaborados pelo proponente como forma de recolher dados em diferentes por pessoas sem que houvesse necessidade de todos estarem presentes para responder as questões colocadas. Os questionários elaborados facilitaram a recolha de dados visto que, a pessoa questionada sentia-se livre para responder as questões pelo facto do proponente não estar questionando directamente ou frente a frente.

CAPITULO I: MARCO TEÓRICO

O marco teórico indica a maneira como será visto um problema. Sobre qual perspectiva um problema será abordado, e apresenta conceitos que serão questionados e delimita a maneira como a questão será elaborada.

Um trabalho científico torna-se mais verídico quando usada teorias, manuais e trabalhos científicos já produzidos por vários pensadores que corresponde a aquela área de estudo ou de abordagem. Assim o proponente irá abordar assuntos relacionados com: Orçamento, Contabilidade, Contabilidade Financeira, Administração, Gestão, Finanças, Despesa Pública, e-Sistafe, Sistafe.

1.1 Orçamento

Orçamento é a parte de um plano financeiro estratégico que compreende a previsão de receitas e despesas futuras para a administração de determinado exercício (período de tempo). Aplica-se tanto ao sector governamental (Estado) quanto ao privado, pessoa jurídica ou física. (wikipedia)

Orçamento é um programa de custeios, investimentos, inversões, transferências e receitas, proposto pelo Poder Executivo para um período financeiro e aprovado pelo Poder Legislativo. (ANGELICO, 1994, p.19)

Orçamento é um instrumento que auxilia na administração e nas etapas do seu processo administrativo: programação, execução e controle.

Os orçamentos representam mais que documentos que autorizam a realização de despesas públicas. Eles são a expressão do planeamento dessas despesas, em obediência a um plano governamental concebido para o Estado de acordo com objectivos e prioridades previamente deliberados e que deve ser seguido, qualquer que seja a plataforma de governo (PEDERIVA, 1998, p. 34).

O orçamento público é uma lei que, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos. Trata-se de um instrumento de planeamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as acções prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade, em face da escassez de recursos. Apresenta múltiplas funções – de planeamento, contábil, financeira e de controlo. As despesas, para serem realizadas, têm que estar autorizadas na lei orçamentária anual.

O conceito de orçamento público é designado sob varias formas, dependendo da situação em que se trata. Sendo assim, é possível verificar que o orçamento tem uma vasta definição de acordo com seu tipo de aspecto.

Com base no **aspecto financeiro**, Angélico (1995, 19), define orçamento como um planeamento de aplicação de recursos esperados, em programas de custeio, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro.

Ainda no mesmo aspecto, Araújo e Arruda (2006, 66), definem o orçamento com sendo um plano de custeios, investimentos, inversões, transferências e receitas, proposto pelo poder Executivo para um exercício financeiro, e aprovado pelo Poder Legislativo, assim como o planeamento de aplicações de recursos estimados em actividades de custeio, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro.

Com base no **aspecto económico**, Angélico (1995, 19), define: “o orçamento é, na sua mais exacta expressão, o quadro orgânico da economia pública. É o espelho da vida do Estado e, pelas suas cifras, se conhecem os detalhes de seu processo, de sua cultura e de sua civilização.

Para o **aspecto jurídico**, Araújo e Arruda (2006, 66), conceituam orçamento publico como lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício financeiro, estabelecendo responsabilidade, compromisso e obrigações para a administração pública.

De acordo com Slomky (2003, 304), “orçamento é uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as políticas publicas para o exercício a que se referir [...]”.

No **aspecto politico**, Habckost (1991, 75), destaca o orçamento dizendo que “é um instrumento de controlo do poder Legislativo sobre o Poder Executivo, na forma constitucional”.

Orçamento do Estado é um documento onde prevê e é autoriza todas as receitas e as despesas a serem efectuadas pelo Estado no ano posterior. (fonte Autor)

Este documento é elaborado pelo Ministério das Finanças onde apresenta todas as suas preocupações em termos monetários e, este documento é aprovado pelo governo que por sua vez é levado a Assembleia da República, onde será discutida e tomada uma decisão final sobre o orçamento. (Fonte Autor)

Orçamento de Estado tem as seguintes funções:

- Adaptação das despesas às receitas;
- Limitação das despesas;
- Exposição do plano financeiro do Estado.

Estas funções permitem:

- Uma gestão eficiente e racional do dinheiro público;
- Uma definição de políticas financeiras, económicas e sociais. (wikipedia)

1.1.1 Evolução da Contabilidade

Tão importante quanto o conceito da Contabilidade, necessita-se mencionar o carácter evolutivo da Contabilidade ao longo do tempo. A Contabilidade não surgiu como é vista hoje em dia, trata-se de uma evolução contínua acompanhando as necessidades e exigências do meio empresarial e social, contudo "não sabemos quem inventou a contabilidade. [...] Sabemos, porém que sistemas de escrituração por partidas dobradas começaram a surgir gradativamente nos séculos XIII e XIV [...] no norte da Itália" (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p.39).

1.1.2 Conceitos

Segundo Marion (2009, 26-27), “A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomar decisões”.

Para Gouveia (1975, p. 1): Contabilidade “é uma arte. É a arte de registrar todas as transacções de uma companhia, que possam ser expressas em termos monetários. E, é também a arte de informar os reflexos dessas transacções na situação económico-financeira dessa companhia.”

De acordo com Costa et al. (2008:23):

“A contabilidade é a ciência de natureza económica, cujo objecto é a realidade económica de qualquer entidade pública ou privada, analisada em termos quantitativos e específico, com o fim de obter informações indispensáveis à gestão dessa entidade, nomeadamente o conhecimento da situação patrimonial e dos resultados”.

Na ideia de “costa et al”: eles dizem que a contabilidade é natureza da economia que pode ser privada mesmo como publica em que a finalidade é de adquirir resultados patrimoniais e dos seus resultados.

Segundo Ferreira (2004, 1), a contabilidade em perspectiva teórica pode ser definida como “a ciência que estuda o património do ponto de vista económico e financeiro, bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e à análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações”.

No ponto de vista de Iudícibus (2000, p.19), a Contabilidade: repousa mais na construção de um 'arquivo básico de informação contábil', que possa ser utilizado, de forma flexível, por vários usuários, cada um com ênfases diferentes, porém, extraídos todos os informes do arquivo básico ou 'data-base' estabelecido pela Contabilidade.

1.1.2.1 Objectivo da Contabilidade

A contabilidade objectiva detalhar a situação do património e analisar a sua evolução.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (1994, p. 58), a contabilidade tem por objectivo “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza económica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objecto de contabilização.”

Conforme Iudícibus (2000, p. 26),

“O objectivo básico da Contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações económicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais (na actualidade, o objectivo da Contabilidade envolve os aspectos de produtividade e os sociais). Não conhecemos suficientemente, ainda, os detalhes de cada modelo decisório de cada usuário. Enquanto isso não for conseguido, não poderemos atender igualmente bem, em todo e qualquer tempo, a todos os usuários. A alternativa é formar um arquivo-base de informação contábil capaz de fornecer saídas, periodicamente, de utilidade para as metas de maior número possível de usuários. O sistema deveria ter capacidade para gerar relatórios da exceção para finalidades informativas especiais. Os relatórios contábeis tradicionais deveriam ter poder preditivo e vir acompanhados de quadros informativos suplementares, demonstrando informações históricas e preditivas sobre indicadores de interesse para os vários usuários.”

1.1.3 Função da Contabilidade

A contabilidade como base no geral tem como a sua função principal de controlar o património, apurar os lucro ou o prejuízo.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (1989, 60), “sua função principal é a mensuração do lucro e o reporte da posição patrimonial em determinados momentos.”

1.1.4 Usuários da Contabilidade

O usuário da Contabilidade pode ser conceituado com base em Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 42), “Conceitua-se como usuário toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo património familiar”.

Para Horngren, Sundem Stratton (2004, 4), os usuários da informação contábil enquadram-se em três categorias:

1. Gestores internos que usam a informação para o planejamento e controle, a curto prazo, de operações rotineiras.
2. Gestores internos que usam a informação para tomar decisões não rotineiras (por exemplo, investir em equipamentos, determinar o preço de produtos e serviços, decidir a que produtos dar relevo ou não) e formular as políticas gerais e planos de longo prazo.
3. Usuários externos, tais como investidores e autoridades governamentais, que usam a informação para tomar decisões a respeito da empresa.

Independentemente de serem usuários internos ou externos, ambos usam a informação contábil, mas cada um a sua maneira, que se aplica a sua necessidade ou realidade em que se encontra.

1.2 Contabilidade Financeira

A Contabilidade Financeira é uma vertente da Contabilidade Geral, tendo esta nomenclatura em função de um dos seus principais propósitos: elaborar e fornecer relatórios e demonstrativos financeiros ao público externo.

De acordo com Atkinson *et al.* (2008, p.37), a Contabilidade Financeira: “é o processo de geração de demonstrativos financeiros para públicos externos, como acionistas, credores e autoridades governamentais. Esse processo é fortemente limitado por autoridades governamentais que definem padrões, regulamentações e impostos, além de exigir o parecer de auditores independentes [...]”.

“Contabilidade financeira refere-se à informação contábil desenvolvida para usuários externos, como accionistas, fornecedores, bancos e agências regulatórias governamentais”. (HORNGREN; SUNDEM; STRATTON, 2006, 5).

De acordo com Atkinson et al. (2008), Contabilidade Financeira “é o processo de geração de demonstrativos financeiros para públicos externos, como accionistas, credores e autoridades governamentais”.

1.2.1 Objectivo

Tem como objectivo facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos, utilizando-se de relatórios financeiros, tais como:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- Demonstração das Mutações do Património Líquido e Fluxo de Caixa, entre outros.

1.3 Administração

No ponto de vista de Clezio (2007:11) apud Meirelles (1985), afirma que, “administrar é gerir interesses segundo a lei, a moral e finalidade dos bens entregues a guarda e a conservação alheia. Se os interesses geridos são individuais, trata-se de administração particular; se são colectivos, trata-se de administração pública”.

O estudo de Maximiano apud Stefano & Lopes (2004:243), defende que “o processo de administrar é relevante em diversas situações onde existam pessoas utilizando recursos com a finalidade de atingir algum objectivo”.

O autor defende ainda que administração “é o processo de planear, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objectivos. Sem essas quatro funções a organização não pode atingir os objectivos traçados”.

1.3.1 Importância da Administração

Na óptica de Mello (2008:33) “O interesse público que à administração incumbe zelar, encontra-se acima de quaisquer outros e, para ela, tem o sentido de dever, de obrigação. É obrigada a desenvolver actividade contínua, compelida a perseguir suas finalidades públicas.” Na mesma abordagem administração surgiu da necessidade imposta pelo crescente número de organizações cada vez mais complexas que surgiram ao longo do tempo, embora Administração como ciência exista há pouco tempo, vem desempenhando um papel muito importante para as organizações e para a sociedade em geral. Qualquer tipo de organização seja pública ou privada, surgiu em função de um objectivo, mas o que muitos não compreendem é que este jamais poderá ser alcançado se não houver um senso administrativo que impulse a organização para este fim.

A utilização de recursos passa de um planeamento que consiste em traçar metas que serão efectivados apenas se existir competências administrativas.

1.3.2 A administração Financeira

A administração financeira é a disciplina que trata dos assuntos relacionados à administração das finanças de empresas e organizações. (wikipedia)

Logo, de acordo com (Ross et al, 1998:467), "o objectivo da administração financeira, numa sociedade por acções, é maximizar o valor corrente de cada acção existente".

De acordo com Braga (1995:45), "o principal objectivo da Administração Financeira para as empresas é o aumento de seu lucro ou rentabilidade para com seus proprietários. Todas as actividades empresariais envolvem recursos financeiros e orientam-se para a obtenção de lucros".

Ainda o mesmo autor Administração Financeira corresponde aos esforços despendidos objectivando a formulação de um esquema que seja adequado á maximização dos retornos dos proprietários das acções ordinárias da empresa, ao mesmo tempo em que possa propiciar a manutenção de um certo grau de liquidez.

1.3.3 Administração Publica

Segundo Kohama, (2001:23), afirma que "Administração Publica é todo aparelho do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades colectivas".

Na óptica de (Matias, 2008:3 apud Ceneviva, 2005:43), define "Administração Publica como o conjunto de órgãos do Estado encarregado de exercer em benefício do bem comum funções previstas na constituição e nas leis".

Na opinião de (Clezio, 2007:11 citando Wilsom, 1987:32),

"Administração Publica é a execução minuciosa e semântica do Direito Publico. Em sentido institucional, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objectivos do governo; em sentido funcional, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral, e em sentido operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefícios da colectividade."

Clezio argumenta que a administração pública encontra-se em diversos sentidos que são: institucional que visam garantir objectivos governamentais, funcional e operacional.

Paralelamente, (João, 2007:38) sustenta que:

"Administração Publica em sentido material ou funcional compõe-se do conjunto de acções e operações desenvolvidas pelos órgãos, serviços e agentes do Estado e demais organizações publicas ocupados em assegurar, em nome da colectividade, satisfação disciplinar, regular e continua das necessidades colectivas de segurança, cultura e bem-estar".

A administração pública apresenta conjunto de acções e operações operadas pelos órgãos, serviços e agentes do Estado que visam de uma força geral a satisfação disciplinar regular como contínua de segurança, cultura e bem-estar.

1.4 Gestão

Gestão é o ato de gerir, administrar a organização conduzindo-a para a concretização de objectivos, através das seguintes fases: planeamento, execução e controle.

O termo Gestão deriva do latim “gestione” e significa gerir, gerência, administração. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objectivo.

Gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para seus objectivos. Portanto, Gestão é o ato de conduzir para a obtenção dos resultados desejados. (OLIVEIRA; PEREZ; SILVA, 2002, p.136).

O gestor é o responsável pela identificação, mensuração e controladora do processo financeiro com funções e princípios norteadores definidos d modelo da gestão do sistema da empresa e com uma área de conhecimento humano com fundamentos, conceitos, princípios e métodos oriundos de outras ciências.

1.4.1 Gestão Financeira

A gestão financeira é um conjunto de acções e procedimentos administrativos que envolvem o Planeamento, a análise e o controlo das actividades financeiras da empresa.

De acordo com MENEZES (1996: 17), define a gestão financeira como “conjunto de técnicas cujos objectivos principais consistem na obtenção regular e oportuna dos recursos financeiros necessários ao funcionamento e desenvolvimento da empresa, ao menor custo possível e sem alienação da sua independência e, também, no estudo e controlo da rendibilidade de todas as aplicações a que são afectos esses recursos.”.

LEIRITZ (1994, 23), afirma que uma boa gestão financeira ajuda a direcção da organização a planear para o futuro, uma vez que indica quanto dinheiro tem em mão, quanto dinheiro é necessário e quanto custarão os planos que tem para o futuro. A administração das finanças do passado, do presente e do futuro da sua organização passa por três tarefas de gestão financeira que, embora distintas, estão interligadas. Estas são:

a) Planeamento financeiro (futuro): Ajuda-o a identificar os objectivos da organização para o futuro, de quanto dinheiro irá precisar para alcançar esses objectivos e como ou onde encontrará recursos financeiros suficientes para alcançar esses objectivos e manter a organização em actividade no futuro.

b) Controlo financeiro (presente): Integra diversos passos:

- Fixar uma política: A organização deve decidir quais as normas e procedimentos que devem ser seguidos para assegurar que o dinheiro seja gasto prudente e seguramente;
- Fixar as atribuições: A organização deve decidir quem será permitido a gastar dinheiro, quanto lhes será permitido gastar e quando poderão gastá-lo. É importante também decidir quem pode vincular a organização do ponto de vista financeiro;
- Fixar a responsabilidade: Há que decidir quem é responsável pelos recursos financeiros da organização. É importante que a responsabilidade pelo dinheiro da organização seja assumida por uma determinada pessoa ou pessoas. Nem todos podem estar encarregues das finanças.

c) Monitorização financeira (passado): Esta actividade envolve:

- Registrar a informação financeira – função do tesoureiro;
- Preparar demonstrações financeiras;
- Analisar as demonstrações financeiras;
- Reporte financeiro.

A gestão financeira, para ser eficaz, precisa ser sustentada e orientada por um planeamento de suas disponibilidades, para isso, o gestor precisa de instrumentos confiáveis que auxiliem a otimizar os rendimentos dos excessos de caixa ou estimar as necessidades futuras de financiamentos, para que possa tomar decisões certas e oportunas.

Perante BRAGA (1989, 67 - 69), a gestão financeira assenta em dois princípios muito importantes:

a) Responsabilidade financeira: Deve procurar sempre gerir as suas finanças de modo responsável e sustentável. Todas as organizações precisam de dinheiro para sobreviverem e

alcançarem os seus objectivos. A única forma de assegurar isto é ao administrar o dinheiro de modo a não pôr a organização em risco desnecessariamente. Se a organização prevê continuar a existir no futuro, deve certificar-se que recebe dinheiro suficiente e que o gasta com prudência.

b) Prestação de contas: A organização deve poder explicar de onde recebe o dinheiro e como o gasta. A prestação de contas ajuda-o não só a saber o que fez com o dinheiro, mas também o ajuda a explicar as suas actividades às partes interessadas. Isto é importante em especial para as empresas e organizações que recorrem a doadores, pois estes, normalmente, possuem normas e regras rigorosas em matéria da prestação de contas. Só financiam organizações que possam prestar contas em relação ao dinheiro que receberam.

1.4.1.1 Função

Segundo pesquisas de Rosa¹, as principais funções da gestão financeira são:

- Análise e planeamento financeiro: analisar os resultados financeiros e planear acções necessárias para obter melhorias;
- A boa utilização dos recursos financeiros: analisar e negociar a captação dos recursos financeiros necessários, bem como a aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- Crédito e cobrança: analisar a concessão de crédito aos clientes e administrar o recebimento dos créditos concedidos;
- Caixa: efectuar os recebimentos e os pagamentos, controlando o saldo de caixa;
- Contas a receber e a pagar: controlar as contas a receber relativas às vendas a prazo e contas a pagar relativas às compras a prazo, impostos e despesas operacionais.
- A gestão financeira está muitas vezes condicionada a diversos factores que levam a uma inadequada gestão financeira. As principais causas estão relacionadas com a:
 - Falta de registos adequados (saldo do caixa, valor dos estoques das mercadorias, valor das contas a receber e das contas a pagar, volume das despesas fixas e financeiras);
 - Falta de compreensão dos custos das fontes de financiamento;
 - Falta de compreensão dos ciclos financeiro e operacional da organização;

¹< <http://www.ecrconsultoria.com.br/biblioteca/artigos/gestao-financieira/a-importancia-da-gestao-financieira>.
Acedido em 29 de Dezembro de 2012>.

1.4.2 Gestor Financeiro

Segundo Gitman (2004: 11), o gestor financeiro preocupa-se com a tomada de decisões de investimento e financiamento e distribuição de resultados.

Para Brealey & Myers (1998: 7), o gestor financeiro é geralmente a pessoa mais directamente responsável pela obtenção de financiamentos, gestão de tesouraria, relações com bancos e outras instituições financeiras, e pela garantia de cumprimento de todas as obrigações para com os investidores que possuem títulos emitidos pela empresa.

Conforme Sá Silva (2010: 26), ao gestor financeiro compete-lhe não só analisar o impacto das decisões operacionais na tesouraria, mas igualmente as políticas de financiamento e de investimento que se referem a médio/longo prazo, isto é, à continuidade da empresa e sua sustentabilidade.

1.4.2.1 As decisões do gestor financeiro

Segundo Martins (2004: 17), de forma bastante abrangente, podemos identificar duas áreas de decisões financeiras:

➤ A decisão de investimento

A decisão de investimento consiste em afetar recursos a determinados projetos que traduzem, normalmente, na aquisição de bens ou serviços no presente com vista à obtenção de benefícios financeiros líquidos no futuro.

➤ A decisão de financiamento

A área de actuação mais frequente de um gestor financiamento é tradicionalmente a do financiamento, isto é, a da obtenção de fundos que suportem os activos e por vezes a da aplicação dos excedentes financeiros existentes.

Ainda de acordo com autor acima citado, a política de financiamento traduz-se nos seguintes tipos de decisões:

▪ As decisões de curto prazo

As que resultam dos reflexos financeiros da actividade operacional da empresa como por exemplo: dividas a fornecedor, crédito de tesoura.

▪ As decisões de médio e longo prazo

Afectam de forma mais duradoura a estrutura patrimonial da empresa, nomeadamente estrutura do capital próprio e/ou passivo de médio e longo prazo. Exemplo: emissão de acções ou empréstimos por obrigações a dez anos.

O gestor para tomar decisões quer de curto como de médio ou longo prazo poderá socorrer-se de instrumentos de análise próprios de duas áreas inerentes à função financeira tais como:

Análise financeira e planeamento financeiro.

➤ **Planeamento financeiro**

Trata-se da gestão financeira na perspectiva previsional. Esta área de actuação procura antecipar a evolução da empresa, fornecendo indicações para a tomada de medidas que evitem a ocorrência de situações indesejáveis. Faculta, pois, aos responsáveis cenários prospectivos sobre o efeito de diferentes políticas operacionais, de investimento e de financiamento e distribuição de lucro.

1.5 Despesas Públicas

A utilização de recursos que o Estado faz para atender às necessidades da sociedade chama-se Despesa pública.

Constitui despesa pública todo o dispêndio de recursos monetários, seja qual for a sua proveniência ou natureza, gastos pelo Estado, com ressalvas daqueles em que o beneficiário se encontra obrigado à reposição dos mesmos.

As despesas só podem ser assumidas durante o ano económico para o qual tiverem sido orçamentadas, e as dotações orçamentais constituem limite máximo a utilizar na realização de despesas públicas, no corrente exercício.

De acordo com Silva (2004, 125), diz que a despesa pública “ é constituída por todos os desembolsos efectuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade”

Kohama (2008, 87), diz que:

“ Constituem despesa pública os gastos na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados á execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais: à satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda à restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações, etc”.

Por tanto a despesa pública representa dispêndio dos recursos obtidos por um ente público, representados por uma saída de recursos financeiros ou o reconhecimento de uma obrigação.

Seguindo o pensamento de Silva (2004, 133), “a despesa pública pode ser classificada nos seguintes aspectos: quanto à natureza, quanto à competência político institucional, quanto à afectação patrimonial, quanto à regularidade”.

1.6 SISTAFE

O sistema vigente antes da reforma da Administração Financeira do Estado estava assente em legislação que datava de há mais de um século, nomeadamente o Regulamento de Contabilidade

Pública, de 1881 e o Regulamento de Fazenda, de 1901, revelando-se totalmente inadequado e ultrapassado, por utilizar métodos rudimentares de trabalho com emprego de sistema manual, pagamento das despesas feito através de Títulos, que constituíam o principal instrumento do controlo da execução orçamental. O sistema não cobria mais do que um terço dos recursos públicos utilizados pelo Estado e a escrituração contabilística, pelo método de partida simples, só era processada *a posteriori* e dependente da prestação de contas na base de simples desembolsos de caixa, sem a devida contrapartida orçamental, pelas designadas operações de tesouraria, com uma multiplicidade de contas bancárias distribuídas pelos diversos sectores, o que não permitia uma visão agregada da posição financeira do Estado. O processo de elaboração, execução e gestão do OE só era do conhecimento das entidades que com ele trabalhavam, limitando as possibilidades da transparência no processo.

As fraquezas acima identificadas, acrescidas ao contexto financeiro mundial que requer a existência de sistemas modernos, integrados, uniformes e harmónicos, com princípios de confiabilidade e transparência, traduzidas pela necessidade dos actos administrativos serem materializados em registos atempados e disponíveis ao conhecimento e assentes na valorização da

contabilidade como principal instrumento de administração pública no auxílio à tomada de decisão e à garantia de pleno acompanhamento e fiscalização de todos os actos pelo controlo interno, ditaram a necessidade de uma reforma de todo o sistema de Administração Financeira do Estado.

O SISTAFE foi criado pela Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, tendo sido regulamentado pelo Decreto n.º 23/2004, de 20 de Agosto, onde estão contidas as principais normas de gestão orçamental, financeira, patrimonial, contabilística e de controlo interno.

O SISTAFE foi concebido para ser implementado de forma gradual, por processos dentro de cada subsistema, iniciando com a gestão central e local e priorizando-se as áreas pertinentes do Tesouro, Orçamento e Contabilidade, cujos subsistemas correspondentes são considerados essenciais para garantir as principais actividades no âmbito das FP.

A incorporação dos demais níveis de gestão, nomeadamente "Autarquias" e "Empresas do Estado", bem como dos restantes subsistemas na gestão central e local, seriam tratadas numa fase posterior, prevendo-se a sua conclusão em 2007.

Em termos de descentralização da execução do OE para os Sectores, a implementação do SISTAFE na gestão central e local foi concebida para ser executada em 3 fases sequenciais:

- 1.ª Fase, abrangendo órgãos de nível central e provincial;
- 2.ª Fase, abrangendo instituições autónomas;
- 3.ª Fase, para os órgãos de nível distrital.

Em conformidade com a legislação que lhe dá suporte, o SISTAFE aplica-se a todos os órgãos e instituições do Estado, tanto no regime geral de administração financeira (com autonomia administrativa) quanto no regime excepcional (com autonomia administrativa e financeira). Aplica-se também às autarquias e às empresas do Estado, exceptuando-se apenas a componente de prestação de contas, que é regida por legislação específica.

A ampla abrangência do SISTAFE foi sistematizada mediante a introdução do conceito de "gestão", definida em três vertentes, nomeadamente:

- Central e local, onde se inserem todos os órgãos e instituições do Estado;
- Autarquias;
- Empresas do Estado.

De acordo com a legislação, o SISTAFE tem por base os princípios fundamentais de:

- Regularidade financeira, pelo qual a execução do OE deve ser feita em harmonia com as normas vigentes e mediante o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Legalidade, o qual determina a observância integral das normas legais vigentes;
- Economicidade, na base do qual se deve alcançar uma utilização racional dos recursos postos à disposição e uma melhor gestão de tesouraria;
- Eficiência, que se traduz na minimização do desperdício para a obtenção dos objectivos delineados;
- Eficácia, de que resulta a obtenção dos efeitos desejados com a medida adoptada, procurando a maximização do seu impacto no desenvolvimento económico e social.

De acordo a legislação, SISTAFE visa os seguintes objectivos:

- Estabelecer e harmonizar regras e procedimentos de programação, gestão, execução, controlo e avaliação dos recursos públicos;
- Desenvolver subsistemas que proporcionem informação oportuna e fiável sobre o comportamento orçamental e patrimonial dos órgãos e instituições do Estado;
- Estabelecer, implementar e manter um sistema contabilístico de controlo da execução orçamental e patrimonial, adequado às necessidades de registo, da organização da informação e da avaliação do desempenho das acções desenvolvidas no domínio da actividade financeira dos órgãos e instituições do Estado;
- Estabelecer, implementar e manter o sistema de controlo interno eficiente e eficaz e procedimentos de auditoria interna internacionalmente aceites;
- Estabelecer, implementar e manter um sistema de procedimentos adequados a uma correcta, eficaz e eficiente condução económica das actividades resultantes dos programas, projectos e demais operações no âmbito da planificação programática delineada e dos objectivos pretendidos.

O SISTAFE enquadra-se sobre dois regimes financeiros nomeadamente:

- O regime financeiro geral; e
- Regime financeiro excepcional.

Regime financeiro geral

O regime financeiro geral aplica-se a todas instituições do Estado com autonomia administrativa e tem os seguintes objectivos:

- Executar as fases da receita tendo como limite mínimo os montantes fixados nas respectivas tabelas;
- Recolher ao Tesouro Público toda a receita cobrada;
- Executar as fases da despesa respeitando o limite máximo fixado nas respectivas tabelas;
- Gerir o património posto a sua disposição.

Regime financeiro excepcional

O regime financeiro excepcional aplica-se a empresas ou instituições do Estado com autonomia administrativa e financeira, sendo caracterizada pela capacidade que um órgão e instituição do Estado têm de realizar, além da execução das fases da receita e da despesa, a programação financeira com base nas suas receitas próprias.

O SISTAFE encontra-se estruturado em subsistemas, que correspondem às cinco áreas de actuação, nomeadamente:

- Orçamento - Subsistema do Orçamento do Estado (SOE);
- Contabilidade - Subsistema da Contabilidade Pública (SCP);
- Tesouro - Subsistema do Tesouro Público (STP);
- Património - Subsistema do Património do Estado (SPE);
- Controlo - Subsistema do Controlo Interno (SCI).

Estes subsistemas estão devidamente integrados em macroprocessos cuja execução é da responsabilidade de diversos órgãos centrais. Existem quatro macroprocessos, nomeadamente:

- Elaboração das propostas do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), Plano Económico e Social (PES) e OE;
- Execução do OE;
- Administração do Património do Estado (PE);
- Avaliação da gestão do OE e do PE.

O SISTAFE estabelece e harmoniza regras e procedimentos de programação, gestão, execução e controlo do erário público, de modo a permitir o seu uso eficaz e eficiente, bem como produzir a informação de forma integrada e atempada, concernente à administração, financeira dos órgãos e instituições do Estado.

De acordo com o seu Regulamento, o sistema informático do SISTAFE (e-SISTAFE) constitui o único sistema informático que suporta o SISTAFE e que para atender a todos os procedimentos estabelecidos é dividido em sete módulos:

- Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), que apoia a elaboração da proposta do OE;
- Módulo de Execução Orçamental (MEX), que apoia a execução do OE;
- Módulo de Gestão de Informações (MGI), que apoia a geração de informações obtidas a partir dos demais módulos, propiciando a acção do controlo interno e externo e da administração pública;
- Módulo de administração do Património do Estado (MPE), que apoia a administração do PE;
- Módulo de gestão de Salários e Pensões (MSP), que apoia a elaboração da folha de salários e de pensões dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) e pensionistas;
- Módulo de gestão da Dívida Pública (MDP), que apoia a administração da dívida;
- Módulo de gestão da Rede de Cobrança (MRC), que apoia a administração da rede de cobrança.

Este sistema informático que suporta o SISTAFE (e-SISTAFE) que atende a todos os procedimentos previstos no mesmo, é desenvolvido, mantido e disponibilizado considerando:

- A criticidade e o sigilo das informações nelas tratadas;
- A função típica do Estado estabelecida nos procedimentos do SISTAFE;
- As especificações para as empresas do Estado.

Vantagens do e-SISTAFE

- O e-SISTAFE garante o cumprimento dos objectivos da Lei;
- A transparência na administração do Orçamento do Estado,
- O acesso mais rápido ao uso dos fundos do Estado,

➤ A gestão melhorada do Tesouro Público e a disponibilidade de informação atempada, precisa e adequada sobre a Execução Orçamental, Financeira e Patrimonial do Estado, entre outras vantagens.

Usuário do e-SISTAFE

Deve ser funcionário público que tem a prerrogativa de operar o sistema informático com o objectivo de executar um ou mais procedimentos do SISTAFE, cadastro num único ou instituições do Estado, sendo este, uma unidade de supervisão, intermédia ou Gestora Executora.

Perfil dos usuários

O funcionário cadastrado deve ser vinculado a um perfil de operação, o qual agrupa diferentes transacções do e-SISTAFE destinadas a possibilitar a execução de tarefas específicas e correlacionadas.

Perfis de operação dos usuários:

- Agente Orçamental;
- Agente de Execução Orçamental;
- Agente Financeiro;
- Agente Financeiro da Receita;
- Agente de Programação Financeira;
- Agente de Execução Financeira;
- Agente de Património;
- Agente de Controlo Interno;
- Agente Contabilista.

Agente Orçamental - Administração do Orçamento do Estado efectuando dotação, reforço, movimentação, redistribuição e alteração de classificadores orçamentais, bem como abertura, manutenção e encerramento de processos de administração do orçamento.

Agente de Execução Orçamental - Execução das duas primeiras fases da despesa pública – cabimentação e liquidação, bem como abertura, manutenção e encerramento de processos de execução do orçamento.

Agente Financeiro - Efectua acções de despesas de tesouraria – operações de tesouraria a débito, pagamento de obrigações de operações de tesouraria a crédito (incluídos pagamentos de Bilhetes do Tesouro), bem como efectua concessão de subsídios de tesouraria e libertação de quota.

Agente Financeiro da Receita - Efectua acções de receitas de tesouraria, recolha da receita, recolha da receita de terceiros e o registo da emissão de Bilhetes do Tesouro.

Agente de Programação Financeira - Efectua as acções inerentes à programação financeira, actualização da previsão da receita, registo dos limites da programação financeira e limites de cabimentação.

Agente de Execução Financeira - Efectua as acções inerentes à terceira fase da despesa pública, pagamento da despesa e concessão de adiantamento de fundos.

Agente de Património - Efectua as acções inerentes à gestão do património do Estado.

Agente de Controlo Interno - Regista as conformidades processuais e documental estabelecida nas fases de execução dos processos no e-SISTAFE.

1.7 Forças Armadas

As Forças Armadas são instituições nacionais autorizadas pela nação a usar a força (geralmente através do emprego de armas), em defesa do seu país, incluindo atacar outros países, em defesa dos interesses nacionais. Isso pode ser feito através do combate real ou das simples ameaças do uso da força.

As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, geralmente sob a autoridade directa do Ministério da Defesa ou equivalente e sob político. Elas destinam-se essencialmente à defesa militar do país, podendo também colaborar na garantia dos poderes constitucionais e na defesa da lei e ordem interna, se a lei nacional o permitir.

O estudo do emprego das Forças Armadas chama-se ciência militar. Em termos gerais, a ciência militar considera três níveis de actuação ofensiva e defensiva nomeadamente, o estratégico, o tático e o operacional. Em todos os níveis, é estudada a aplicação do uso da força no sentido de ser atingido o objectivo desejado, segundo Pinto (2013: 83).

A estrutura das Forças Armadas de Moçambique encontra-se dividida em seguintes Ramos:

- Exército;
- Força Aérea; e

➤ **Marinha.**

Órgãos militares de comando, são entendidos como sendo o CEMGFA e os comandantes dos Ramos, que lhe estão inequivocamente subordinados ao CEMGFA, a mais elevada autoridade na hierarquia militar moçambicana.

O CEMGFA é o único com a patente de General ou Almirante, responde perante o MDN pela direcção, administração, preparação e emprego das Forças Armadas, numa definição que não contempla excepções quanto à abrangência dessa responsabilidade.

O CEMGFA é também, e naturalmente, o comandante das operações em tempo de guerra, aí sob delegação do Presidente da República, enquanto Comandante-Chefe.

Com este enquadramento, inteiramente idêntico ao que se observa na generalidade dos países ocidentais, o CEMGFA recolhe um vasto conjunto de competências.

No seu exercício é directamente coadjuvado por um Vice - CEMGFA (Tenente General ou Vice Almirante) e apoiado por um órgão de inspecção, por um Estado-Maior e, evidentemente, por um gabinete.

Reforçando a lógica unitária que o Estado moçambicano escolheu para as suas Forças Armadas o Vice - CEMGFA tem prevalência hierárquica sobre todos os oficiais do seu posto.

A organização do Estado-Maior General assenta num modelo departamental, cobrindo as diferentes áreas funcionais da actividade militar (Pessoal, Informações Militares, Operações, Doutrina, Comunicações, Logística, Finanças e Saúde).

É interessante constatar que a actividade de cooperação militar está centralizada no gabinete do CEMGFA. Mais do que ponderar sobre as virtudes desse modelo, importa, em particular para os países que cooperam com Moçambique, recolher dele o sinal claro da importância ímpar que o CEMGFA moçambicano tem em matéria de cooperação militar, retirando daí as necessárias ilações.

O CEMGFA tem também ao seu dispor dois importantes órgãos de conselho. O Conselho Superior Militar e o Conselho Superior de Disciplina. O primeiro integrado pelo CEMGFA, Vice - CEMGFA e comandantes dos ramos. E o segundo com a composição que o CEMGFA achar por melhor definir. Num caso e noutro as competências destes conselhos, são dessa exacta natureza,

aconselhar o CEMGFA através da formulação de pareceres, não tendo portanto quaisquer responsabilidades administrativas. Também nesta dimensão o modelo moçambicano revela alinhamento com a generalidade dos países onde existe este tipo de órgãos. Os ramos são comandados por Majores - Gerais ou Contra - Almirantes.

Estes comandantes, que não são chefes de estado-maior, respondem perante o CEMGFA pela preparação, disciplina e administração do respectivo ramo e são comandantes subordinados do CEMGFA para o cumprimento de missões operacionais nos seus diferentes âmbitos. Na sua acção contam com o apoio de pequenas estruturas de estado-maior, de inspecção e de conselho e baseiam-se em comandos de carácter operativo (Infantaria, Blindados, Artilharia, Engenharia, Aviação, Defesa Antiaérea, Naval e Fuzileiros), além de elementos de estrutura de base, designadamente escolas e centros de instrução.

Trata-se de organizações tão extensamente padronizadas quanto possível. As funções fixadas para os ramos das Forças Armadas de Moçambique são clássicas na sua definição conceptual, mas no seu elenco não pode deixar de se registar a existência de disfunção entre algumas delas e as capacidades efectivamente disponíveis. Este aspecto é particularmente evidente nos casos da Força Aérea e da Marinha.

Em síntese pode-se concluir que a estrutura e organização que em 2011 foi estipulada para as Forças Armadas de Moçambique corresponde a uma visão moderna, em que há clareza e simplicidade na linha de subordinação política e na linha de comando militar, que o seu modelo é intrinsecamente coerente e que subsistem dificuldades para o seu pleno provimento, desde logo por insuficiências de equipamento, ainda que haja também lacunas no plano da formação e treino dos Quadros moçambicanos (Pinto, 2013: 90).

Missões das Forças Armadas

A lei da Defesa e Segurança atribui as Forças Armadas as seguintes missões fundamentais:

- ✓ Defender os interesses vitais do país contra todas as formas de ameaça ou agressões;
- ✓ Garantir a integridade do território nacional, a soberania, a liberdade dos cidadãos e segurança dos meios de desenvolvimento da nação;
- ✓ Assegurar o funcionamento normal das instituições em todas as circunstâncias e face a quaisquer ameaças directas ou indirectas;

✓ Participar na protecção dos organismos, instalações ou meios civis determinantes para manutenção da vida das populações, bem como tomar medidas de prevenção e socorro que requeiram, em determinada circunstâncias, a decisão de autoridades;

✓ Participar em acções tendentes a Manutenção da Paz e ao respeito ao Direito Internacional;

✓ Contribuir para a defesa e Segurança da região e do continente apoiando as acções de prevenção e de resolução de conflitos;

✓ Assegurar a defesa do território nacional face a todo tipo de ameaças incluindo o terrorismo.

CAPITULO II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. GENERALIDADES

O presente capítulo esta estruturada para explicar o conjunto de procedimentos metodológicos organizados, a partir de objectivos traçados que ajudaram na investigação do problema apresentado pelo trabalho. Apresenta-se as pesquisas adoptadas neste estudo, tendo em conta o método, a abordagem, os instrumentos de colecta de dados, de análise e interpretação de resultados.

2.2. Tipo de pesquisa

Pesquisa, “é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. No que se diz respeito à Ciência, a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta”. (Moretti, 2008, p.10).

Segundo Menezes & Silva (2001:20) “as pesquisas podem ser classificadas quanto a sua natureza, quanto aos objectivos, quanto a sua forma de abordagem e quanto aos procedimentos técnicos”.

Desta forma, para a realização deste trabalho, desenvolveu-se utilizando todas as classificações citadas por Menezes e Silva.

2.2.1. Quanto a natureza

No que diz respeito a natureza da pesquisa ir-se-á usar a Pesquisa Aplicada.

A Pesquisa aplicada é objectiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais. (Silva & Meneses, 2001, p. 20).

2.2.2. Quanto aos objectivos

Tendo em conta aos objectivos da pesquisa, usar-se-á pesquisa explicativa, porque pretende-se aprofundar mais o conhecimento da realidade, explicar a razão e o porquê das coisas.

Segundo Gil (1991:97), a pesquisa explicativa “é uma pesquisa que têm de especificar características importantes do fenómeno, como factores que determinam a ocorrência de fenómenos que se analisa”.

O autor optou por usar a pesquisa explicativa no trabalho, porque para além de registrar, analisar e interpretar os fenómenos estudados que ocorrem na instituição, o autor visa aprofundar o seu conhecimento da realidade procurando entender a o resultado do uso do e-SISTAFE nas actividades orçamentadas da instituição.

2.2.3. Quanto a forma de abordagem

Quanto à sua forma de abordagem segundo Castilho et al (2006, 39) as pesquisas científicas podem ser: qualitativas, quantitativas, quali - quantitativas, e quanti - qualitativas.

O autor neste trabalho baseou-se na combinação dos dois tipos de pesquisa, portanto a pesquisa è do tipo **qualitativo**.

Continuando com o pensamento do autor acima citado, a pesquisa qualitativa “é aquela que envolve aspectos quantitativos de menor relevância e qualitativos, dando mais ênfase a aspectos qualitativo”.

Assim quanto a forma de abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa, que segundo Godoy (1995:58), “ é a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interactivos pelo contacto directo do pesquisador com a situação estudada, para compreender os fenómenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”.

Tesch apud Moreira (2002:17) parte do princípio de que a “pesquisa qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação colectada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e conclusões neles baseados representam um papel menor na análise”.

2.2.4. Quanto aos procedimentos técnicos

A execução de uma pesquisa depende das técnicas e procedimentos a serem adoptados para a colecta e análise dos dados, sua natureza e objectivos requerem ferramentas adequadas para a resolução dos problemas de pesquisa. Porem, o autor usará pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (1991:73), citado por Siena (2007:32), considera a “pesquisa bibliográfica é aquela elaborada por material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos científicos”.

O método bibliográfico é considerado um dos mais importantes da pesquisa, pois serve como base de outros trabalhos a serem tanto na vida académica como fora dela.

A pesquisa documental, Segundo Beuren e Raupp (2004, 89), “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objectivos da pesquisa”.

2.2.5. Método de Abordagem

Para este trabalho de pesquisa o autor irá usar o método hipotético- dedutivo para abordar o assunto levantado no tema em questão.

Segundo Gil (2006, 30), o método hipotético-dedutivo, o cientista, combina observação cuidadosa, habilidade nas antecipações e intuição científica, para alcançar um conjunto de postulados que regem os fenómenos de interesse; a partir daí, deduz as consequências observáveis e verifica as consequências por meio de experimentação, refutando ou substituindo os postulados, quando necessário, por outros e assim prosseguindo.

Para o Richardson (1999:67), este método permite o que o pesquisador, com base nos dados obtidos, exercesse a inferência dos factos, proporcionando a obtenção das conclusões finais de acordo com os objectivos previamente apresentados.

2.3. Procedimentos de pesquisa

A recolha de dados foi feita na Academia Militar “MSM” que localiza-se na cidade de Nampula na avenida das FPLM, com a função de formação de oficiais subalternos com o nível de licenciatura. De acordo com o tema o autor dirigiu-se a área de finanças da unidade para

acompanhar de perto o e-SISTAFE e intender o seu funcionamento desde o seu acesso até a sua saída ou término do seu expediente do dia.

Apos acompanhar e observar o processo usado no e-SISTAFE o autor fez uma entrevista e questionários para procurar aprofundar mais a sua pesquisa e ter um conhecimento sólido do sistema.

2.4. População ou universo

Segundo (Gil, 1995, p.91) “população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de um determinado lugar”.

Segundo Richardson et al. (1999:157), “Os termos população e universo exprimem o mesmo significado e explicam-se como sendo um conjunto de elementos que possuem determinadas características que o pesquisador pretende estudar”.

Universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características (Gil, 2007:99).

Neste caso segundo os autores a população ou universo encontra-se na AM “MSM”, devido o seu elevado número da população não será possível usar todos, mas sim uma pequena parte da população para o estudo.

2.5. Amostra

Segundo Gil (2002, 90) “amostra é um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

De acordo com (Malhotra, 2001), “amostragem aleatória simples consiste em atribuir um número aleatório para cada membro da população. Dentro da tabela de números obtidos, o acadêmico selecciona alguns números que compõem a amostra, desconhecendo completamente a quem esses números são associados”.

Amostra “é uma parcela, convenientemente seleccionada do universo (população), é um subconjunto do universo (Marconi & Lakatos, 2001:23) ”.

Com tudo, o autor estipulou que a amostra da pesquisa será composta por 30 militares, dentre eles terão 5 oficiais da área das finanças e 25 cadetes.

Assim temos a seguinte tabela abaixo.

Quadro nº1: Amostra da pesquisa.

Desta forma, nesta pesquisa temos a seguinte amostragem.

Descrição	Amostra		
	Oficiais	Cadetes	Total
Elementos Seleccionados	5	25	30

Fonte: Autor, 2016

2.6.Técnicas e instrumentos de recolha de Dados

A técnica é um conjunto de preceitos ou processos que serve uma ciência ou arte, é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática (Marconi & Lakatos, 2003, p.107).

Para o trabalho desenvolveram-se as seguintes técnicas de colecta de dados: observação, entrevista semi-estruturada e questionário.

2.6.1. Observação

Na técnica de observação o observador coloca-se como parte integrante do processo de conhecimento do fenómeno que ocorre, podendo interpretar as acções que os sujeitos da pesquisa vivem. Nesse instrumento utilizam-se os sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade. Deste modo, o autor usou a observação participante.

2.6.2. Observação participante

Segundo Moreira (2002:52), a observação participante é conceituada como sendo “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação activa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”.

A observação participante é uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo, de modo a vivenciar o que eles vivenciam e trabalham dentro do sistema de referência deles. (Lakatos & Marcone, 2005:33).

O autor escolheu esta técnica porque esteve directamente em contacto visual como também utilizou um pouco o sistema onde apercebeu-se mais sobre o funcionamento do e-SISTAFE na sua realidade.

2.6.3. Entrevista

Segundo Gil (2002:109), “pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

Para Gil (1999), a entrevista é seguramente a mais flexível de todas técnicas de colecta de dados de que dispõe as ciências sociais.

Entrevista é uma técnica de colecta de dados na qual as perguntas são formuladas e respondidas oralmente. Trata-se por tanto, de uma conversação metódica, que proporciona ao entrevistador as informações solicitadas.

Neste trabalho o autor preocupou-se em usar a entrevista semi-estruturada.

Segundo Trivions (1983, p.146) “É aquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as resposta do informante”.

A entrevista tem varias vantagens que são:

- Permite a recolha rica de infirmação;
- Apresenta um elevado grau de profundidade
- Permite recolher os testemunhos, interpretações dos entrevistados, respeitando os seus quadros de referência;
- Permite ao investigador conhecer os conceitos e a linguagem dos entrevistados;
- Permite definir dimensões relevantes de atitudes e avalia-las melhor;
- Permite ter em conta as motivações que determinam diversos comportamentos;
- Permite interpretar as expressões emitidas;

- São flexíveis pois permitem verificar se ambos os intervenientes compreendem o significado das palavras explicadas;
- Dão uma boa amostragem de aspecto que se pretendem investigar.

A entrevista foi direccionada principalmente para a área de finanças da AM “MSM”

2.6.4. Questionário

O questionário é uma técnica de investigação de um determinado assunto composta por um número grande ou pequeno de questões apresentadas por escrito que tem como seu objectivo proporcionar um determinado conhecimento ao pesquisador.

Para Menezes & Silva (2001, 22), o questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objectivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções, essas instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento.

Marconi & Lakatos (1992:107) afirmam que, “questionário é constituído por uma serie de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”.

Os questionários foram direccionados aos Oficiais e civis que desempenham as actividades na área administrativa essa restrição permite de certo modo recolher informações fiáveis pela natureza do proposto na pesquisa.

Entretanto, devido à complexidade do tema e para que esta relação fosse recíproca baseamos num questionário do tipo misto abertas e fechadas de modo a colhermos maior número possível de informações.

O questionário é um instrumento de colecta de dados que é elaborado pelo pesquisador, cujo preenchimento é realizado pelo informante (a pessoa que preenche o questionário). Apresenta linguagem simples e directa para o que o informante compreenda com muita clareza o que está sendo perguntado para que não haja dificuldades na sua resposta.

2.7. Procedimentos de apresentação e análise de dados

Após a colecta de dados o autor deve tabular os seus dados. A tabulação dos dados deve ser feita a mão de forma electrónica, mais recomenda-se o emprego de software para economizar mais tempo, seus recursos, esforços e diminuir as margens de erro.

Silva & Menezes (2001:32), afirmam que com o advento da informática, é natural que você escolha os recursos computacionais para dar suporte à elaboração de índices e cálculos estatísticos, tabelas, quadros e gráficos. Salientam ainda que de seguida interpretará e analisará os dados que tabulou e organizou na etapa anterior.

Assim sendo, a apresentação dos dados foi por tabulação. A análise de dados deve ser feita para atender aos objectivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objectivo de confirmar ou rejeitar as hipóteses da pesquisa.

CAPITULO III: ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Na análise e discussão, os resultados estabelecem as relações entre os dados obtidos, o problema da pesquisa e o desenvolvimento teórico dado na revisão da literatura. Os resultados podem estar divididos por tópicos com títulos logicamente formulados. (Menezes & Silva, 2004, p.94).

Análise segundo Gil (1999), ele explica que: o objectivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação.

Comforme o autor citado acima diz a interpretação de dados tem por objectivo a procurar o sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante a ligação com outros conhecimentos já assimilados.

3.1. Caracterização e estrutura do campo de pesquisa

A academia militar Marechal Samora Machel, é uma instituição de ensino superior que está localizada na Cidade de Nampula, única no país. Situa-se na parte Sul da cidade de Nampula, na “Zona Militar” que compreende as instalações da sede da Academia Militar, a Área de Administração Militar Norte, o Centro de Manutenção Oficial (CMO), o Hospital Militar de Nampula (HMN), o Corpo de Instrução N°1 (que alberga muitas salas de aulas e alguns Departamentos), a Engenharia e residências.

A 2 de Outubro de 1978, o falecido Presidente Samora Machel inaugurou a antiga Escola Militar de Nampula, pioneira na formação de oficiais, numa altura em que o país ainda debatia a transformação do exército de guerrilha, produto das Forças Populares de Libertação de Moçambique, num exército regular. A Academia Militar é herdeira da Escola Militar “Marechal Samora Machel”.

Passado algum tempo, a Escola Militar de Nampula viria a transformar-se em Academia Militar, através do Decreto n.º 65/2005, de 2 de Março, que entrou em funcionamento após a sua aprovação.

A Academia Militar “MSM” é uma instituição pública de Ensino Superior militar, cuja a missão consiste na formação de oficiais do quadro permanente das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Na AM são ministrados os cursos de licenciatura e o bacharelato, assim

como poderão ser realizadas acções de formação que se revelem de interesse para o desenvolvimento dos conhecimentos militares.

A AM conta com os seguintes cursos de formação:

- Piloto Aviador;
- Comandante de Meios Rádio Técnicos;
- Artilharia;
- Comunicações;
- Marinha;
- Infantaria;
- Fuzileiro Naval;
- Administração Militar;
- Engenharia Militar;
- Blindados;
- Reconhecimento;
- Artilharia Anti-Aérea;
- Engenharia Electrónica;
- Serviços Cívicos.



Fotografia 1: Imagem frontal da Academia Militar

3.2. Apresentação de Dados

Para a apresentação dos dados o autor baseou-se em três diferentes métodos como a observação, a entrevista e o questionário. No método da observação, o autor visualizou várias matérias que são usados para completar o e-SISTAFE e a entrevista foi direcionada a área das finanças onde os oficiais responderam a todas perguntas e o questionário posto a outros oficiais, cadetes, sargentos e funcionários civis para poder entender e criar soluções ao problema apresentado.

3.2.1 Observação

A observação na pesquisa o autor efectua um registo sistemático de dados, de comportamentos de factos e de acções a fim de obter subsídios sobre determinado fenómeno que esta sendo estudado.

Sendo assim em relação a observação o autor teve a oportunidade de estar perante ao material que é usado no dia-a-dia para desempenhar todas as actividades da unidade, sendo assim o material verificado que é usado pela área de finanças são: computadores, impressoras, fotocopiadoras e internet do tipo wi-fi e por via cabo.

3.2.2 Entrevista e Questionário

O autor usos estes duas técnicas de colectas de dados para procurar possíveis respostas sobre o impacto do e-SISTAFE na Academia Militar “MSM”

Desta forma o autor trabalhou com uma amostra do universo para a pesquisa composta por 30 pessoas, onde eles são repartidos em oficiais e cadetes. De acordo com a amostra a entrevista foi apresentada à 5 (cinco) oficiais pertencentes a área de finanças da AM “MSM”, porém foram entrevistadas a 25 (vinte e cinco) cadetes da AM “MSM”

Quadro nº 2: Distribuição das amostras.

Pessoal Inquerido	Técnicas de colecta de dados		Soma
	Entrevista	Questionário	
Oficiais	5	0	5
Cadetes	0	25	25
Total	5	25	30

Fonte: Autor, 2016

3.3 Análise e interpretação de dados

H.1. A aplicação do e-SISTAFE no Aparelho Administrativo-financeiro da AM “MSM” pode ajudar na gestão dos recursos financeiros;

Relativamente a primeira hipótese foram feitas as seguintes questões:

1ª Questão da primeira hipótese: *Será que o e-SISTAFE consegue gerir os recursos financeiros da AM?*

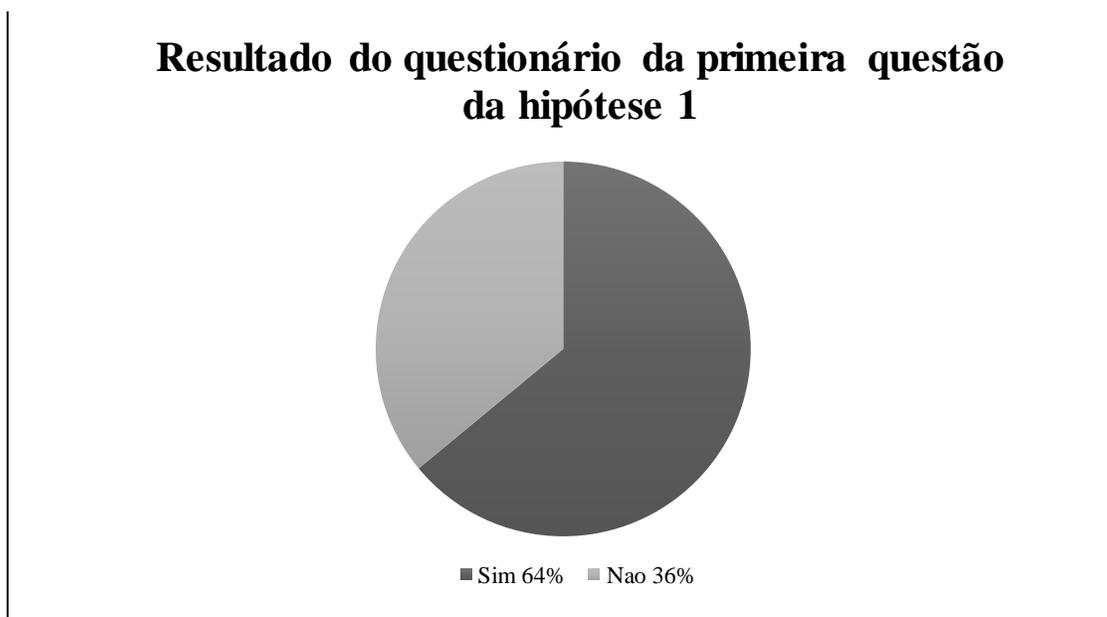
Gráfico 1: Resultado da entrevista da primeira questão da hipótese 1



Fonte: Autor (2016)

Os dados acima apresentados no gráfico indica de cinco (5) oficiais pertencentes a área de finanças foram entrevistados apresentando assim 100% da amostra seleccionada. Quanto a questão os oficiais desta área responderam que: “ o e-SISTAFE é um programa excelente existente para o controlo de fundos monetários da AM porque as despesas são organizadas em prioridades consoante os recursos disponibilizados e é possível de ver os recursos financeiros existentes na conta da AM gradualmente após a colmatação das necessidades previstas.

Gráfico 2: Resultado do questionário da primeira questão da hipótese 1



Fonte: Autor (2016)

Os dados acima apresentados no gráfico indica que foram questionados 25 individualidades militares (cadetes), onde apresentam no seu total de 64% dizendo que “sim” e 36% “não”. Quanto a questão 64% das individualidades responderam que: apesar de alguns problemas verificados na área das finanças no que diz respeito aos pagamentos de salários ou subsídios o e-SISTAFE consegue atender a gerência apesar de maior parte de não ser a tempo oportuno e com algumas dificuldades apresentadas. Enquanto por outra parte dos 36% das individualidades negam dizendo que: a AM não conseguiu gerir os recursos disponíveis pois sempre é constatado um atraso e problemas no processamento de salários ou subsidio pela área das finanças.

2ª Questão da primeira hipótese: *O e-SISTAFE contribui para perdas ou desvios de recursos financeiros?*

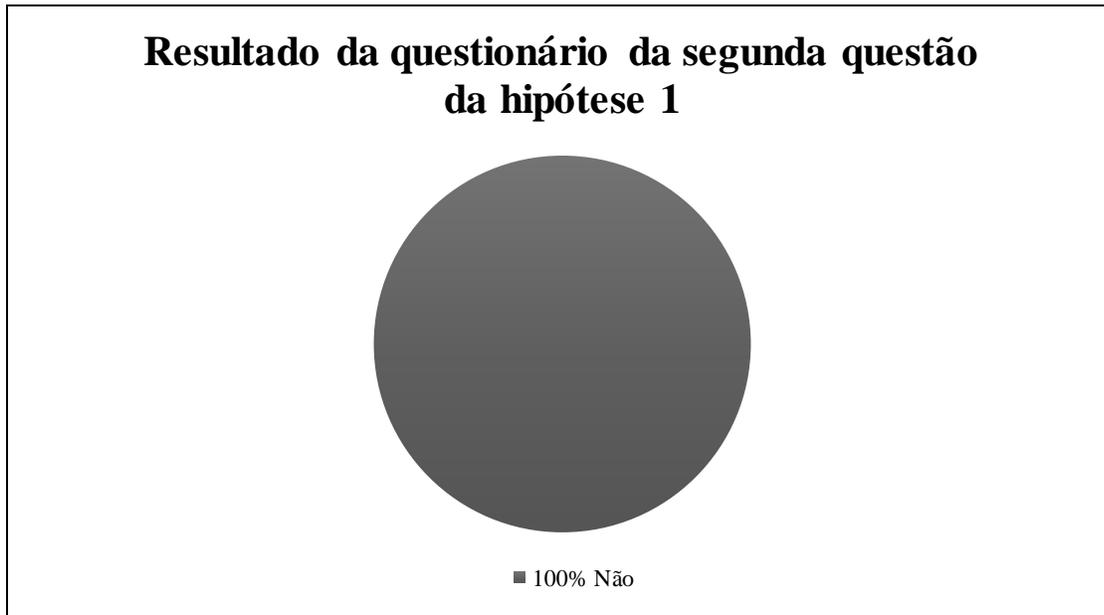
Gráfico 3: Resultado da entrevista da segunda questão da hipótese 1



Fonte: Autor (2016)

Dos dados acima apresentados no gráfico indica que os 5 (cinco) oficiais pertencentes a área de finanças foram entrevistados apresentando assim suas respostas à 100% negativa, justificando que: “o novo sistema implementado para a gerência de valores monetários não apresenta desvios ou mesmo perdas de valores, porque as despesas já vem de uma forma organizada e são apresentadas em forma de números compreendidos em metical, salientam ainda que, a gerência não conta só com os oficiais pertencentes a esta área como também é feita pelos financiadores como é o caso do MDN e o MEF”.

Gráfico 4: Resultados do questionário da primeira questão da hipótese 1



Fonte: Autor (2016)

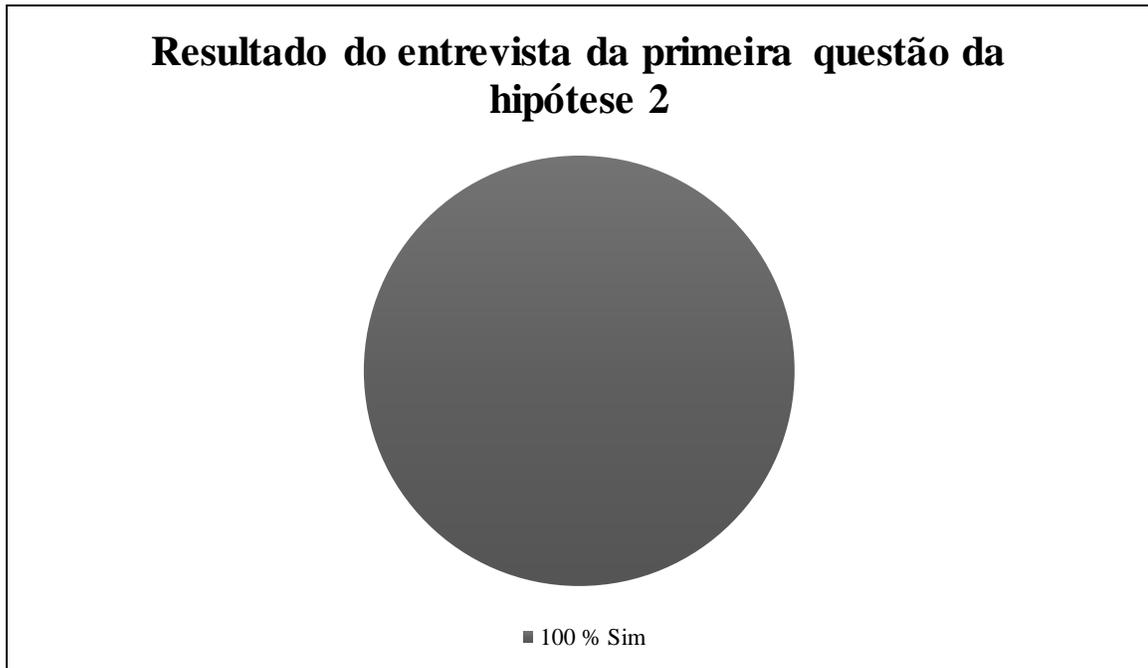
Dos dados acima apresentados no gráfico indica que foram questionados 25 individualidades militares (cadetes), onde apresentam no seu total de 100% dizendo “Não”, salientando que: todos os registos no e-SISTAFE referentes a gestão financeiras são efectuados indicando-se o agente interveniente, a data e hora, a transacção solicitada com resposta de que ela foi bem-sucedida ou não, desta forma é difícil de que os recursos sejam desperdiçados.

H.2. A existência do e-SISTAFE no Aparelho Administrativo-financeiro pode impulsionar negativamente no pagamento de subsídio de cadetes na AM “MSM”.

Relativamente a segunda hipótese foram feitas as seguintes questões:

1ª Questão da segunda hipótese: *O e-SISTAFE tem a capacidade de impulsionar positivamente o desempenho profissional da unidade?*

Gráfico 5: Resultado da entrevista da primeira questão da hipótese 2

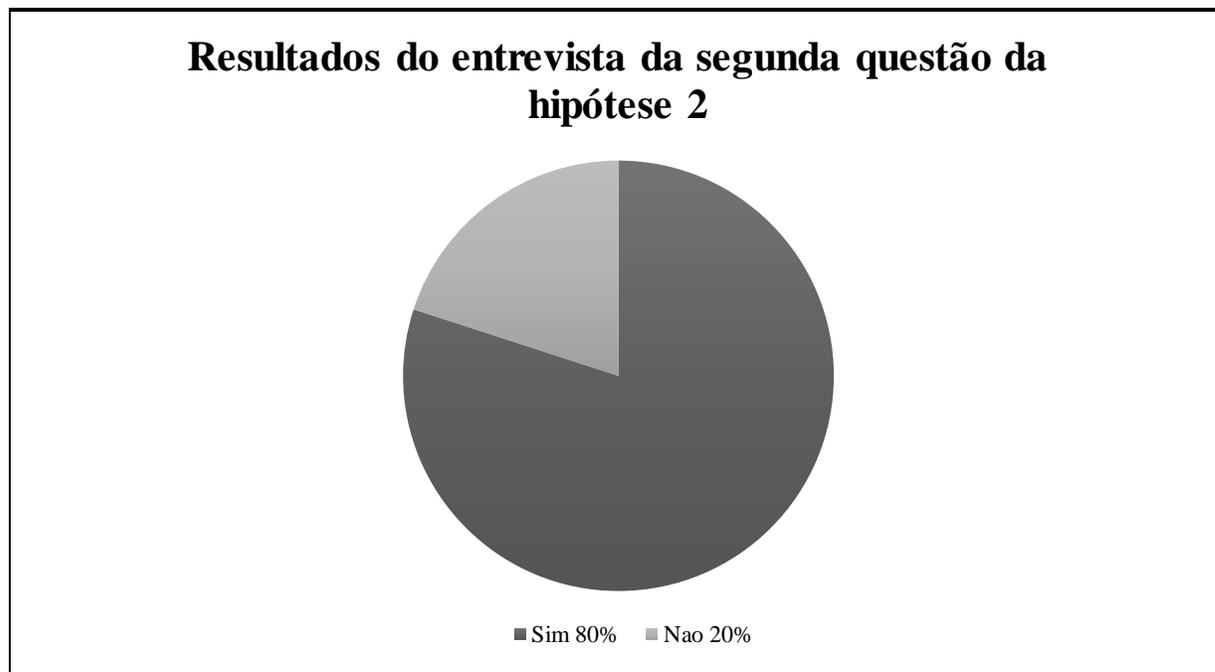


Fonte: Autor (2016)

Dos dados acima apresentados no gráfico indica de cinco (5) oficiais pertencentes a área de finanças foram entrevistados apresentando assim 100% da amostra seleccionada. Quanto a questão os oficiais desta área responderam que: “sim, impulsiona positivamente, pois através do e-SISTAFE inúmeras necessidades pertinentes são suprimidas com maior flexibilidade e facilidade, como também com a ajuda do sistema facilita no controlo interno do efectivo pertencente a AM “MSM” como também dos bens, serviços e investimentos”.

2ª Questão da segunda hipótese: *Após a utilização do e-SISTAFE referente aos pagamentos de subsídio, os resultados são satisfatórios?*

Gráfico 6: Resultados da entrevista da segunda questão da hipótese 2



Fonte: Autor (2016)

Dos dados acima apresentados no gráfico indica de cinco (5) oficiais pertencentes a área de finanças foram entrevistados apresentando assim 80% dizendo que “sim” e 20% “não”. Quanto as respostas da questão, no que diz respeito à 80% dos oficiais disseram que: após a introdução do e-SISTAFE para o pagamento de subsídio, o trabalho tornou-se mais eficiente, flexível e verifica-se plena transparência nas realizações dos tais pagamentos, os riscos são muito mais reduzidos, melhor controle das actividades e fácil elaboração de mapas contabilísticos dos resultados findos.

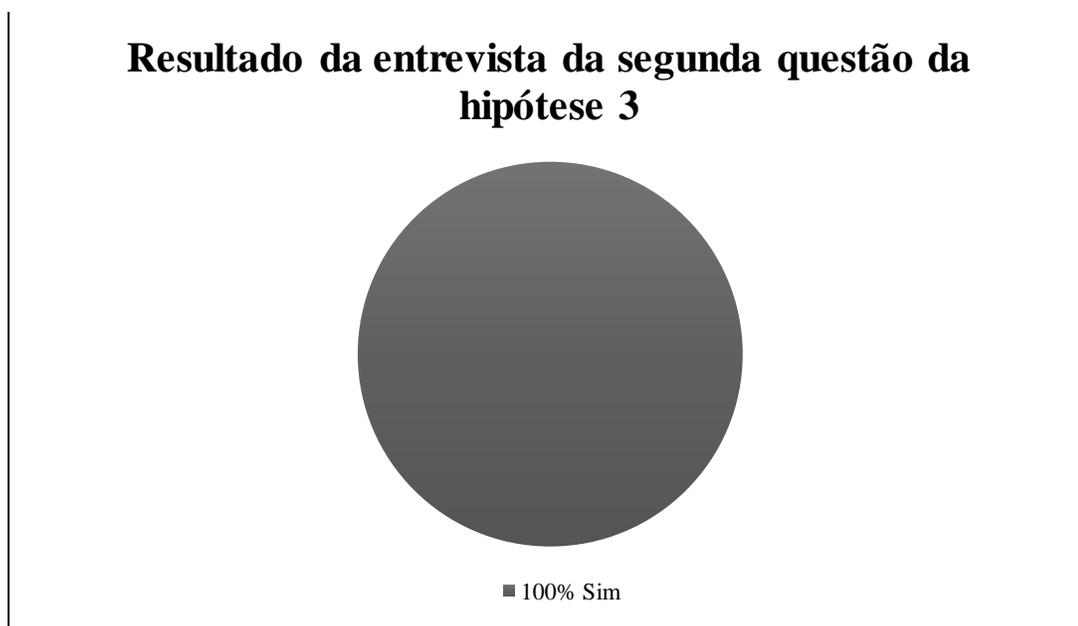
No que diz respeito à 20% do oficial que encontra-se como responsável pelos vencimentos diz que: não trás resultados a 100% satisfatórios pois ainda existe dificuldades de apresentação de algumas documentações ou dados, para o cadastro no sistema, salienta ainda ele que este não é uma preocupação grande perturbações pois com o decorrer do tempo os problemas são sanados gradualmente.

H.3. A rede operativa pode influenciar no uso do e-SISTAFE na AM.

Para esta hipótese foi elaborada apenas uma questão, que é:

Questão da hipótese 3: *O sistema técnico (rede) usado para operar o e-SISTAFE condiciona na realização de pagamento do subsídio?*

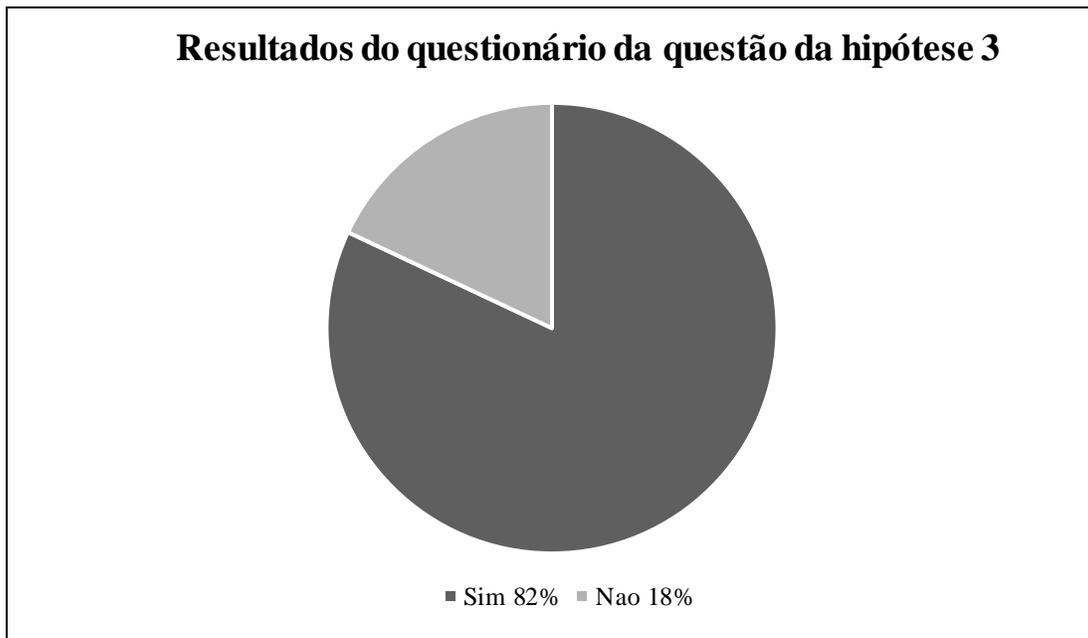
Gráfico 7: Resultado da entrevista da questão da hipótese 3



Fonte: Autor (2016)

Dos dados acima apresentados no gráfico indica de cinco (5) oficiais pertencentes a área de finanças foram entrevistados apresentando assim 100% da amostra seleccionada. Quanto a questão os oficiais desta área responderam que: “condiciona sim, porque em casos que existir problemas com a fibra óptica ou uma restrição na mesma o sistema não funciona, deparados com a situação é onde ficam sem realizar qualquer tipo de actividade de caracter imediata, atrasando assim o seu cumprimento das mesmas”.

Gráfico 8: Resultados do questionário da questão da hipótese 3



Fonte: Autor (2016)

Dos dados acima apresentados no gráfico indica que foram questionados 25 individualidades militares (cadetes), onde apresentam no seu total de 82% dizendo que “sim” e 18% “não”. Quanto a questão 82% das individualidades responderam que: “condicionam sim, pois quando existe atrasos de subsídios, apresentam-se na área de finanças e as respostas recebidas pelos oficiais da área de finanças é de que existe uma falha no sistema ou estão sem o sistema activo e que por isso não foi possível efectuar os respectivos pagamentos, e ficam sem uma data possível de resolução deste problema”. Enquanto 18% das individualidades negam o condicionamento do sistema técnico dizendo que “o e-SISTAFE é uma plataforma que esta sendo utilizada a nível nacional por todas instituições instaladas, e que em qualquer ponto do país é possível ter acesso a este sistema, e que para o seu manuseamento é apenas necessário o seu perfil de usuário e seu código de confirmação”.

3.3.1. Discussão das hipóteses

Após a apresentação, análise e interpretação dos dados colhidos de pessoas que ajudaram na positivamente na pesquisa, irei ao passo seguinte para validar ou refutar as hipóteses do trabalho de pesquisa.

Assim nessa perspectiva, iram-se por em evidências as diferentes informações recolhidas acerca do problema em estudo com objectivo discutir e chegar-se a conclusões pretendidas pelo autor.

H.1. A aplicação do e-SISTAFE no Aparelho Administrativo-financeiro da AM “MSM” pode ajudar na gestão dos recursos financeiros.

Para a hipótese 1 o autor criou duas (2) questões seguintes:

1ª Questão da primeira hipótese: *Será que o e-SISTAFE consegue gerir os recursos financeiros da AM?*

2ª Questão da primeira hipótese: *O e-SISTAFE contribui para perdas ou desvios de recursos financeiros?*

Para a primeira questão as respostas que foram adquiridas pelas entrevistas e questionário onde apresentam no 89% dos inqueridos concordam com a questão apresentada e 11% restantes não concordam.

Na segunda questão consoante as respostas adquiridas pelos inquiridos apresentam um resultado de 100% da amostra não concordam que o e-SISTAFE contribui para perdas ou desvios de recursos financeiros porque este sistema é operado por diversos funcionários mas que cada um tem sua devida responsabilidade e usa o seu código de operação, daí que é fácil a percepção de existência de uma fraude com uma facilidade.

Fazendo a relação entre as duas questões levantadas em visão da “aplicação do e-SISTAFE no aparelho administrativo-financeiro da AM “MSM” pode ajudar na gestão dos recursos financeiros”, assim posso afirmar que após a introdução e o uso do e-SISTAFE a partir do ano de 2012 como consequência da nova dinâmica na gestão de recursos financeiros públicos, extinguindo assim a antiga forma de administração financeira que era mais baseada em modelos contabilísticos como os diários, balanço e balancetes, que eram efectuados manualmente e que passaram actualmente a serem apresentadas num formato digitalizado e forma mais clara. Mas

apesar de a AM usar e-SISTAFE, antes já era usado o SISTAFE mas que só servia como adiantamento de fundos mediante as requisições feitas a Direcção Provincial de Economia e Finanças.

Para a dinamização final surge a plataforma do SISTAFE, e que a partir de 2012 que existiu a necessidade de se instalar máquinas que ajudam-se ao funcionário que pode operar nela, é daí onde os pagamentos passaram a ser feitos directamente por via electrónica a partir da CUT (Conta Única de Tesouro). Com o decorrer do tempo começou-se a verificar notavelmente resultados aplausíveis naquilo que era a previsão dos resultados previstos do e-SISTAFE, as vantagens uso do plataforma foi mas abrangente no sentido que os oficiais da área de finanças economizavam mais o escasso tempo que tinham para movimentarem-se aos balcões dos bancos para poderem efectuar movimentos e os pagamentos de salários, subsídios e outras despesas que eram feitas sob o forma de manual, que era muito susceptível a graves erros e desperdícios dos recursos.

Desta forma com base nos resultados da entrevista e do questionário apresentados leva há **validar** a hipótese, pois o sistema usado é adequado na gerência dos recursos financeiros na AM “MSM”.

H.2. A existência do e-SISTAFE no Aparelho Administrativo-financeiro pode impulsionar negativamente no pagamento de subsídio de cadetes na AM “MSM”.

Para a hipótese 2 o autor criou também duas (2) perguntas seguintes:

1ª Questão da segunda hipótese: *O e-SISTAFE tem a capacidade de impulsionar positivamente o desempenho profissional da unidade?*

2ª Questão da segunda hipótese: *Após a utilização do e-SISTAFE referente aos pagamentos de subsídio, os resultados são satisfatórios?*

Perante a primeira questão as respostas apontam todos os entrevistados e questionados assumem que o e-SISTAFE tem a capacidade de impulsionar de uma forma positiva a unidade, porque é através dela que inúmeras necessidades que a unidade dispõe são sanadas com uma maior flexibilidade e facilidade em comparação aos tempos passados.

Na segunda questão obtive a respostas de uma forma divergente onde 80% dos questionados e entrevistados dizem que apos a introdução do e-SISTAFE o trabalho tornou-se mais eficiente,

flexível e verifica-se uma transparência nas realizações das despesas, com riscos muito mais reduzido e um melhor controlo das actividades desempenhadas na unidade.

A restante parte que corresponde a 20% dos entrevistados e questionados na segunda questão apresentam suas respostas dizendo que os resultados ainda não são satisfatórios porque no processo de cadastro do pessoal pertencente a unidade são necessários dados que a maioria da parte do efectivo não apresentam tal documentação em ordem e que isso torna o funcionamento ou o desenrolamento das actividades muito lenta e por vezes complicadas.

Fazendo relação das duas perguntas criadas pelo autor para poder ajudar a resolver a hipótese, posso afirmar que a existência do e-SISTAFE na unidade é bem-vinda porque os oficiais afectos na área de finanças da AM “MSM” estão formados e capacitados para lidar com e-SISTAFE da melhor forma onde cada oficial pertencente a esta área possui um código individual para realizações das actividades, tornando agora este sistema em operação confiável e mais seguro, porque há mais controlo nos valores disponíveis ou o orçamento do Estado disponibilizados para o funcionamento da unidade.

Desta forma com base nos resultados apresentados perante as duas questões leva a **invalidar** a hipótese perante as respostas apresentadas pelos inquiridos.

H.3. A rede operativa pode influenciar no uso do e-SISTAFE na AM.

Para esta hipótese o autor elaborou apenas uma questão seguinte:

Questão da hipótese 3: *O sistema técnico (rede) usado para operar o e-SISTAFE condiciona na realização de pagamento do subsídio?*

Nesta questão consoante as respostas adquiridas pelos inquiridos apresentam um resultado de 94% da amostra concordam com que o sistema técnico actualmente usado condiciona para o cumprimento das actividades a desenvolver na unidade salientado que apos a introdução da plataforma verificou-se problemas, não só no seio da AM “MSM” como também a nível nacional por usar o mesmo sistema técnico, apresentado assim um fraco desempenho por não existir ou executar-se uma manutenção depois da sua implementação, por isso as actividades de pagamento de subsidio de cadetes são cumpridas fora do seu período normal.

E 6% não concordam, que o sistema técnico optado condiciona para o desenrolar das actividades, porque as vezes verifica-se algumas inconveniências, pois por vezes tem notando-se pequenos atrasos repetitivos.

Desta forma com base nos resultados apresentados perante a questão posta leva há **validar** a hipótese perante aos inquiridos.

CONCLUSÃO

Após a apresentação, análise e interpretação de dados recolhidos na AM “MSM” que visava, compreender o uso do e-SISTAFE no Âmbito do Pagamento de Subsídio de Cadetes na Academia militar no período compreendido entre (2013-2015). De acordo com a lei 9/2002 o SISTAFE estabelece e harmoniza regras e procedimentos de programação, gestão, execução e controlo do erário público, de modo a permitir o seu uso eficaz e eficiente, bem como produzir a informação de forma integrada e atempada, concernente à administração, financeira dos órgãos e instituições do Estado.

Feita a apresentação, análise e interpretação de dados recolhidos na Academia Militar “MSM” com o objectivo de se analisar o uso do e-SISTAFE no âmbito de pagamento de subsídio de cadete chegou-se a conclusão de que antes da introdução deste sistema nesta unidade as despesas eram processadas através de valores monetários, cheques e transferências e com as mudanças do antigo sistema para o actual surgem no sentido de haver maior controlo, eficácia, flexibilidade e dinamismo no processo de pagamentos.

Desde então observou-se que o funcionamento o e-SISTAFE desde 2012 nesta instituição vem contribuindo positivamente na sua execução, como vem descrito na lei 9/2002, pois:

- Verificou-se o maior dinamismo no processo, transparência eficiência e eficácia;
- Permite executar actividades com menos riscos de ser roubado ou desvios, dinamismo no processo, o que representa satisfação para a nossa instituição;
- Há mais controlo dos valores disponibilizados para o pagamento;
- O e-SISTAFE eliminou algumas barreiras na execução das despesas, como as fraquezas no sistema de controlo.

Mas apesar novo sistema de contribuir positivamente e de uma forma esperada como visto anteriormente, este sistema ainda apresenta constrangimentos perante ao pagamento de subsídio de cadetes verificada pelas falhas no sistema em uso, isto condiciona que o trabalho mantenha-se parado ate que se arranje uma solução ou reparação deste sistema levando á atrasos constantemente.

Portanto, apesar destes constrangimentos, confirma-se que o sistema desempenha um papel muito importante no seio da AM “MSM” no que diz respeito a execução, a confiabilidade e transparência na fiscalização de actividades.

SUGESTÕES

Tendo em conta os resultados da pesquisa, as conclusões apuradas sobre tema em questão sugere-se que:

- Tendo em conta que o manuseamento do e-SISTAFE depende exclusivamente da acção humana, há toda a necessidade de promover acções de treinamento ou aulas de formação perante à utilização do e-SISTAFE para os cadetes ligados a área de administração militar.
- Que seja criada uma alternativa para responder situações em relação ao pagamento de subsídio, que para o seu funcionamento não tenha nenhuma dependência do sistema agora em uso e que seja segura a ligação do pessoal não autorizado;

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras (Livros):

1. ANGELICO, J.(2007). *Contabilidade Pública*. (8. Ed.). São Paulo: Atlas;
2. ATKINSON, A. *et al.* (2008). *Contabilidade gerencial*. (2.ed.). São Paulo: Atlas;
3. BRAGA, R. (1989). *Fundamentos e técnicas de administração financeira*. São Paulo: Atlas;
4. _____(1995). *Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira*. São Paulo: Atlas;
5. FERREIRA, R. (2004). *Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender contabilidade*. (3. ed.). Rio de Janeiro: Editora Ferreira;
6. GIL, A. (2002). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. São Paulo: editora Atlas s.a;
7. _____(2007). *Métodos e Técnicas de pesquisas social*. São paulo: editora atlas s.a;
8. _____(1991). *Como elaborar projecto de pesquisa*. (3ª Ed.), São Paulo: Editora Atlas;
9. GITMAN, L. (2004). *Princípios de Administração Financeira*. Addison Wesley (10ª Ed.);
10. GOUVEIA, Nelson. *Contabilidade*. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.
11. HABCKOT, F. (1975). *Contabilidade Governamental: Uma Abordagem Pratica*. (1. Ed.) Porto Alegre: Sagra;
12. HENDRIKSEN, E.(1999). *Teoria da contabilidade*. (5.ed.) São Paulo: Atlas;
13. HORNGREN, T. *et al.*(2004). *Contabilidade gerencial*. (12.ed.) São Paulo: Pearson;
14. IUDÍCIBUS, S. (2000). *Teoria da contabilidade*. (1ª ed.). São Paulo: Atlas;
15. _____(1989). *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicáveis também as demais sociedades*. (2. ed.) São Paulo: Atlas.
16. _____(1994). *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicáveis também as demais sociedades*. (4. ed.) São Paulo: Atlas;
17. KOHAMA. H. (2009). *Contabilidade Publica: Teoria e Pratica*. (10ª Ed.) São Paulo: Atlas;
18. LAKATOS, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. (2001). *Metodologia do trabalho Científico*. (6ª ed.). Pg 102-117. São Paulo: Atlas S.A.
19. _____(1991). *Metodologia Científica*. (2 ed.). São Paulo: Atlas;
20. LEIRITZ, A. *Bases da Gestão Financeira*. (1ªed.) São Paulo: Edipirisa;

21. MARCONI, M., & Lakatos. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas S.A;
22. MARION, J. (2009). *Contabilidade empresarial*. (14. ed.) São Paulo: Atlas;
23. MARTINS, A. (2004). *Introdução à análise financeira de empresas*. Editora: Vida economia. (2ª ed.), 2004.
24. MATIAS, J. (2006). *Finanças Públicas*. (3. Ed). São Paulo: Atlas;
25. MAXIMIANO, A. (2004). *Teoria geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada*. (2. ed.). São Paulo: Atlas;
26. MENEZES, H. (1996). *Princípios de Gestão Financeira*. (5ª ed.). Lisboa Portugal: Editorial presença;
27. Moreira, D. A. (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson;
28. OLIVEIRA, L. et al. (2002). *Controladora estratégica*. São Paulo: Atlas;
29. PEDERIVA, J. (1998). *Accountability*. Brasília: Revista de Informação Legislativa 1998.
30. PEREZ, J. et al. (2005). *Gestão estratégica de custo*. São Paulo: Atlas;
31. RICHARDSON, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3. ed.). São Paulo: Atlas.
32. ROSS, A. et al. (1998). *Princípios de Administração Financeira*. (2. Ed.). São Paulo: Atlas;
33. SÁ, A. (2010). *Teoria da contabilidade*. (3ª ed.). São Paulo: Atlas;
34. SILVA, E. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.
35. SLOMSKY, V. (2005). *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas.

Documentos (Legislações):

- Decreto nº 48/2003 de 24 de Dezembro. *Estrutura Orgânica das Forças Armadas*;
- Lei 9/2002 de 12 de Fevereiro;

Internet:

- www.Google.com.
- www.ministeriodasfinanças.gov.co.mz

Brochuras:

- Balanço da reforma Da Administração financeira do estado 2002 – 2014 E Perspectivas para 2015 – 2019
- Relatório de actividades e de execução orçamental do i trimestre de 2013
- Manual Operacional do MEO (2008)- *Usuário da UGB*

Apêndices

ENTREVISTA DIRIGIDA AOS OFICIAIS AFECTOS NAS FINANÇAS DA ACADEMIA MILITAR “MARECHAL SAMORA MACHEL”

Cordiais Saudações

Aos oficiais das finanças da Academia Militar esta entrevista subordina se ao tema, **impacto no uso e-SISTAFE no âmbito da execução das despesas orçamentais, caso Academia Militar “MSM, 2013-2016**, faz parte de uma pesquisa que esta sendo desenvolvida para adquirir o grau de licenciatura, através dos conhecimentos que esta sendo explorado sobre o impacto do e-SISTAFE nesta unidade, para este efeito pede se a sua colaboração e de todos pertencentes a esta área de finanças, e pelos transtornos causados minhas sinceras desculpas.

Agradeço antecipadamente pelo contributo que ira dará para o trabalho de investigação aplicada.

Perguntas:

1. Academia Militar usa o e-SISTAFE como sua ferramenta de trabalho nos dias correntes, sendo usuário deste sistema, faça uma pequena abordagem do surgimento do e-SISTAFE nesta instituição.

2. Quais foram as dificuldades encontradas para a introdução do e-SISTAFE?

3. De que forma é usada o e-SISTAFE através dos funcionários autorizados?

4. Quantas pessoas estão autorizadas a trabalhar com o e-SISTAFE na área das Finanças?

5. É de conhecimento geral que o e-SISTAFE funciona através de um computador e por via elétrica, por falta destes recursos qual é a alternativa usada?

6. Quais as medidas de usadas para que pessoas externas não tenham acesso ao e-SISTAFE?

7. Após a utilização do e-SISTAFE referente aos pagamentos de subsídio, os resultados são satisfatórios?

8. Será que o e-SISTAFE consegue gerir os recursos financeiros da AM?

9. O e-SISTAFE tem a capacidade de impulsionar positivamente o desempenho profissional da unidade?

10. O e-SISTAFE contribui para perdas ou desvios de recursos financeiros?

11. O e-SISTAFE consegue atender a qualquer tipo de despesa apresentada em tempo oportuno?

12. O sistema técnico (rede) usado para operar o e-SISTAFE condiciona na realização do pagamento do subsídio?

Em caso de outras observações

QUESTIONÁRIO

O presente questionário é dirigido aos cadetes

O presente questionário tem a finalidade de analisar o nível de conhecimento do e-SISTAFE por parte dos oficiais, cadetes e sargentos da Academia Militar formados ou em formação no curso de Administração Militar, agradece que respondessem a todas questões.

Observações: Pinte as suas respostas usando uma caneta ou marque com X

Questões:

1. Já ouviu falar sobre e-SISTAFE?

Sim Não

2. Se sua resposta for sim, fale do que sabe acerca do e-SISTAFE, caso contrario diga o porque.

3. Há necessidades de um administrador ter conhecimento do e-SISTAFE mesmo não estando afecto na área de finanças?

Sim Não

4. Justifique sua resposta

5. Como tem verificado o funcionamento do e-SISTAFE nesta unidade?

6. Será que o e-SISTAFE consegue gerir os recursos financeiros da AM?

Sim Não

7. Se sua resposta acima for não, diga o porque.

8. O e-SISTAFE contribui para perdas ou desvios de recursos financeiros?

Guião de Observação

Dados aqui apresentados pelo autor, são relativos a observação participante no terreno para sustentar a pesquisa.

1. A ventilação da sala onde são desempenhadas as actividades financeiras encontra-se em perfeitas condições?

Sim Não

2. Existem computadores suficientes para a utilização na área de finanças da Academia Militar “MSM”?

Sim Não

3. Em que condições se encontra a rede utilizada para executar as actividades?

Boa Má Razoável

4. Em casos de oscilações de e/ou corte de energia as actividades são desempenhadas?

Sim Não

5. Existem opções alternativas para atender casos de oscilações e/ou corte de energia?

Sim Não

ANEXOS